

Verissimo – Weissheimer – Fraga – Marcos Rolim – Santiago – Edgar Vasques – Canini

EXTRA

ANO 20, NÚMERO 193, MAIO DE 2015

CLASSE

Foto: Morquette

Vulneráveis e invisíveis

Apartados de direitos universais, moradores de rua são expostos ao preconceito, à intolerância e ao descaso

“É comovente descobrir que a tua história está incompleta ou equivocada, mas temos o dever de contar e o direito de saber a verdade”.

O sociólogo argentino Jorge Rubel descobriu que aqueles que o criaram não são seus pais biológicos.

ENTREVISTA



Foto: Conceição/Divulgação

Editorial

Automovelcracia e os vulneráveis

Estimulado pela indústria e pela publicidade, alimentado por políticas públicas de incentivos e isenções, o culto ao automóvel inviabiliza o trânsito nas metrópoles do país e nem mesmo os pequenos municípios estão livres dos congestionamentos. Essa opção pelo carro particular, que beneficia a fatia da população com maior poder aquisitivo, reduz cada vez mais os espaços para o transporte coletivo, que serve a 65% dos brasileiros. Some-se a isso o crescimento da população e a falta de planejamento e de investimentos em transporte público e o resultado será o cotidiano de caos que sacrifica a maioria da população. Essa é a síntese da matéria especial desta edição.

Na entrevista do mês, o depoimento do sociólogo argentino Jorge Rubel, que aos 47 anos descobriu que seus pais não são aqueles que o criaram, mas ativistas políticos presos e desaparecidos pela ditadura militar quando de seu nascimento.

A população em situação de rua no país já ultrapassa 50 mil pessoas, de acordo com estimativas projetadas a partir do censo de 2011 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em Porto Alegre, são mais de 1,3 mil adultos vivendo nas ruas, segundo levantamento da Fundação de Assistência Social e Cidadania, que não contabiliza as crianças nessa condição. Por trás das estatísticas, histórias de quem luta diariamente contra a exclusão, o descaso e o preconceito, como mostra a reportagem de capa.

Acompanhe ainda a cobertura de ensino privado, em que predominam a negociação coletiva e a luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o projeto da terceirização; bem como as colunas dos colaboradores do *Extra Classe*.

Boa leitura.

SANTIAGO



Cartas

A matéria de capa do jornal *Extra Classe* de abril *De volta aos trilhos* encerra a esperança de que o país, finalmente, faça uso de todo o potencial dos trens como opção para o transporte de cargas e, especialmente, de passageiros. É inconcebível que uma nação com uma geografia relativamente plana como a nossa, apropriada para a construção de estradas de ferro, tenha se tornado dependente do dispendioso, poluente e perigoso transporte rodoviário. Parabéns à equipe do jornal pela iniciativa.

Rubem Theodoro da Silva
Professor – Santa Maria RS

**EXTRA
CLASSE**

Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917 | www.sinprors.org.br
www.extraclasse.org.br

REDAÇÃO – extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Osvaldo Biz e Ulisses Nenê

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotos Colunistas: René Cabrales (arquivo EC)

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

Charge/Cartum: Canini, Edgar Vasques e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa
51. 4009.2962 / 9998.3598

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição:

23 mil exemplares

Telefones da Redação:

51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro

e o Sinpro/RS manda notícias.

Acesse sinprors.org.br/professor e atualize seus dados.
Com isso, a gente se comunica melhor e você aproveita ainda mais os benefícios de ser associado ao Sindicato.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

PALAVRA DE PROFESSOR

Acreditar na atividade política

Osvaldo Biz*

Pesadas acusações são feitas a muitos dos nossos políticos que se aproveitam do cargo para aumentar sua conta bancária através do dinheiro público. Mas poderíamos questionar a nossa responsabilidade quando escolhemos como nossos representantes homens e mulheres que não têm nenhum compromisso com a ética na política, aceitam subornos, praticam irregularidades e, pior, acabam eleitos e reeleitos. No Congresso Nacional existem muitos políticos comprometidos com os destinos do país. A ideia que a política é coisa suja, que não se deve discutir, nem votar, uma vez que todos os nossos representantes são iguais é um raciocínio tão profundo como uma poça de água.

O filósofo Aristóteles afirma no livro *Política* que é evidente que a cidade participe das coisas da natureza: “Que o homem é um animal político, que deve viver em sociedade, e aquele que deixa de participar da cidade é um ser que tem pouco valor e o que não consegue viver em sociedade, que não necessita de nada porque se basta a si mesmo, não participa do Estado, é um ser bruto, ou seja, uma pessoa violenta”. Se para Aristóteles o homem de bem era aquele que participava da política, hoje, prevalece a imagem oposta: “Ele é um homem de bem, nunca se meteu em política”.

Os cidadãos não são somente vítimas do sistema, mas causadores de muitas desordens pelas escolhas que fazem nas eleições. Hoje, é muito comum falar em deficientes cívicos, ou seja, os que não têm coragem de escolher um candidato que merece respeito pelo seu trabalho desenvolvido. Reclamar, organizar-se, exigir mudanças, nos ajuda a viver como sujeitos sociais e políticos. Abandonar a ideia de que não adianta lutar. Eduardo Galeano pergunta: “Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

O que milhares de eleitores paulistanos ganharam, na eleição para vereador em 1959, quando, em sinal de protesto, votaram num animal, o Cacareco? Há uma crise nos partidos e novos surgem todos os anos. No momento são mais de 30. Muitos deles não conseguem eleger um único candidato e acabam apoiando outros partidos, no aguardo de futuros cargos. Mudar de governo não significa mudar o poder. José Saramago, Nobel de Literatura, pergunta: “Quantos se interessam por questões de ordem política autêntica? Quem se interessa pela cidade, pelo espaço que pertence a todos”.

É muito importante lembrar que a atividade política não termina com o processo eleitoral. Cabe a cada um de nós fiscalizar a administração e cobrar o que prometeram.

*Doutor em Comunicação Social



VERISSIMO

Rompimento

Dá para entender o que leva jovens a fugir de uma rotina familiar ou das suas próprias frustrações e perseguir um sonho, uma aventura ou um ideal – sempre longe de casa. O protótipo desse impulso reincidente, e um chavão literário, é o circo, que passa pela cidade pequena e arrasta atrás de si corações juvenis fascinados por uma trapezista ou pelo romance da vida na estrada, deixando mães desesperadas.

A fuga pode ser apenas de uma vida careta para uma vida alternativa sem necessariamente sair de casa, desde que a família aceite que você passe a usar um penteado porco-espinho e uma fechadura no umbigo, ou pode ser um rompimento radical com tudo, a começar pela família.

A fuga por um ideal teve seu momento mais lembrado durante a Guerra Civil Espanhola, quando muitos jovens do mundo inteiro foram lutar ao lado das forças legalistas contra os fascistas do Franco. A causa era indiscutivelmente justa e abraçar uma luta alheia, na Espanha, foi um exemplo de engajamento (segundo alguns, o último em estado puro da História) que proporcionava aos jovens voluntários, ao mesmo tempo, um gosto de altruísmo político e um gosto de aventura.

Exagerando só um pouco, hoje quem busca o mesmo sentimento dos que arriscaram a vida resistindo ao Franco vai correr dos touros em Pamplona. A causa é nenhuma, mas o risco de vida, ou pelo menos de uma corneada, é real.

Pensei nisso lendo que hoje muitos jovens, também de várias partes do mundo, tentam chegar à zona de conflito para se alistar no Estado Islâmico. Como os que foram lutar na Espanha, vão em busca da aventura, vão por convencimento, vão por admiração, vão talvez apenas porque não exista outra forma de rompimento radical com tudo tão radical quanto este disponível.

Mas imagino que nenhum deles deixou de ver, na TV, a cena do prisioneiro do EI sendo incendiado dentro de uma jaula. E é impossível imaginar que algum deles tenha dito, ou pensado: “Isso é pra mim”, e ficado ainda mais decidido a aderir aos autores da cena terrível.

Eu sei, a situação naquela região é complicada demais para ser reduzida a uma questão de nós contra os monstros. O que preocupa mesmo, vendo um homem sendo queimado vivo dentro de uma jaula pelo EI, é que isto não afete seus jovens simpatizantes. Talvez, depois de tantas barbaridades vistas, o conceito de monstruoso tenha mudado. Talvez se horrorizar tenha se tornado uma reação careta.



Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br.

Escritório de Advocacia

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Rua Manoelito de Ornellas, 55 conjunto 1304 - Torre A - Trend Corporate
Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880

* conveniado Sinpro/RS



ENTREVISTA

Jorge Castro Rubel

Foto: Conicet/Divulgação



No dia 24 de março de 2004, o sociólogo argentino Jorge Castro Rubel esteve na Escola de Mecânica da Armada (Esma) para participar de um ato público no qual seria anunciada a transformação do maior centro de tortura e extermínio da Argentina em um Espaço para a Memória. Sem saber, estava voltando ao local onde, em junho ou julho de 1977, nascera de forma prematura, em uma peça do cassino de oficiais. No ano passado, ele soube que fora um bebê de saúde frágil e com baixo peso que os repressores tiraram da mãe biológica, presa e torturada na Esma, e levaram a um hospital infantil onde a criança foi adotada por civis. Jorge descobriu essa história, a sua história, com o auxílio de familiares, da Comissão Nacional Pelo Direito à Identidade (Conadi) e da Associação das Avós da Praça de Maio. Até o dia em que uma tia se aproximou para lhe dizer que quem ele acreditava que eram seus pais na verdade não eram, ele nunca tivera dúvidas sobre sua identidade. “Nesse instante, soube que poderia ser filho de desaparecidos. A princípio, pensei que não podia ser egoísta se havia uma família que estava me procurando. Senti uma responsabilidade em relação a eles. Porém, depois, fui entendendo que também era por mim, que era muito importante conhecer minhas origens”, resume.

Jorge Castro Rubel, 37, é sociólogo pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e investigador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet). Desde 2012, atua como pesquisador assistente no Instituto de Investigações Gino Germani, onde estuda a relação entre conflito sindical e cultura. Mora com a mulher e dois filhos na periferia de Buenos Aires, no célebre bairro Villa del Parque, onde viveram o escritor franco-argentino Julio Cortázar e o cantor de tangos Julio Sosa. Seus pais biológicos, ele soube somente agora, são Ana Rubel e Hugo Castro, militantes da Forças Argentinas de Libertação (FAL), que foram sequestrados em janeiro de 1977 pelo Exército e permaneceram em algum centro de detenção à disposição dos militares até que Ana foi levada para a Esma para dar a luz. Nesta entrevista ao *Extra Classe*, Rubel, que é o 116º neto a ter sua identidade recuperada segundo a *Abuelas*, evita entrar em detalhes sobre os pais adotivos ao contar essa experiência. “É uma bomba, uma comoção que te digam que a história que você conhece está incompleta ou está equivocada. Mas todos temos o dever de dizer e o direito de saber a verdade”.

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

Neto 116: identidade recuperada

Extra Classe – Quando e em que circunstâncias ficou sabendo que as pessoas que o criaram não são seus pais biológicos?

Jorge Castro Rubel – Descobri que não era filho biológico dos meus pais em agosto de 2014, quando uma tia minha me informou sobre essa realidade. Isso, obviamente, mudou muito a minha vida. Acho que é extremamente importante saber tudo sobre minhas origens e entendo que é assim para a maioria das pessoas. Portanto, valorizo e aprecio muito que eu tenha sido informado sobre esta situação.

EC – Isso muda sua vida? Em que sentido?

Rubel – Essa informação permitiu que eu descobrisse minhas verdadeiras origens, quem são meus pais e minha família biológica. Mas saber minha origem não desloca a minha história, não significa começar de novo. Representa um enriquecimento. Passei a reformular muitas coisas.

EC – E que providências tomou?

Rubel – A partir da informação trazida por essa tia, chamei a Associação das Avós da Praça de Maio (*Abuelas*) com o objetivo de confirmar ou descartar ser filho de pessoas desaparecidas durante a última ditadura militar que se desenvolveu na Argentina entre 1976 e 1983. E uma vez que entrei em contato com as *Abuelas*, segui os procedimentos estabelecidos para esses casos: me apresentei na sede da Associação e eles me encaminharam à Comissão Nacional pelo Direito à Identidade (Conadi), do Ministério de Justiça e Direitos Humanos, que se encarrega de dar continuidade ao processo (de reconhecimento). A pedido da Conadi, me submeti a análises de DNA no Banco Nacional de Dados Genéticos.

EC – Como te informaram dos resultados?

Rubel – Recebi um telefonema de Claudia Carlotto, titular da Conadi. Ela me disse que se não me avisasse do resultado imediatamente poderia não sobreviver de tanta emoção e que se estava me chamando era por que havia dado positivo. Perguntei em que grupo familiar havia dado e ela me mandou olhar no computador. Vi quem haviam sido meus velhos. Em todo esse processo eu consultava muito a página das *Abuelas*, buscava os semelhantes. Claudia me contou quem eram meus pais e fomos para o Centro com minha mulher. Pedi que ela dirigisse porque eu poderia provocar um acidente. Na Conadi me receberam muito bem. A verdade é que em todo o processo encontrei calor, contenção e respeito. A mensagem para os que têm medo é que não o tenham. Claudia me mostrou as fotos dos meus pais.

EC – Nunca teve dúvidas sobre suas origens? Como foram sua infância e adolescência?

Rubel – Dúvidas claras creio que nunca tive. Revisando um pouco meu passado e conversando com pessoas próximas, creio que tive, sim, dúvidas sobre algumas questões vinculadas. Ainda assim, não recordo se tive dúvidas claras sobre se podia ser filho de desaparecidos. Tive uma infância e adoles-

cência das quais recorro com felicidade. Poderia dizer que foram como as de qualquer pessoa normal.

EC – De que forma sua história pessoal está conectada com a sua linha de pesquisa?

Rubel – Creio que meus interesses profissionais têm a ver com o ambiente no qual eu cresci e não com minhas origens biológicas.



Foto: Conicef/Divulgação

"O Plano Sistemático foi uma prática de sequestro, desaparecimento e ocultamento de bebês e crianças, filhos de militantes sequestrados e desaparecidos colocado em prática por membros das forças armadas durante a última ditadura"

EC – Um ambiente de conflitos sociais, políticos, trabalhistas...

Rubel – Minha pesquisa visa questões relacionadas com os conflitos sociais e, entre estes, o conflito trabalhista. Mas, em um período temporalmente pós-ditadura. Minha pesquisa está voltada para os conflitos sindicais no palco aberto na década de 1990, caracterizados por reformas pró-mercado estabelecidas na Argentina durante esses anos. Atualmente, continuo a estudar questões relacionadas aos conflitos, particularmente na cultura de protestos existente na Argentina.

EC – Quem são as pessoas que o tomaram como filho e como se deu essa 'adoção'?

Rubel – Fui criado por um casal de civis sem vínculos com as forças armadas. O contato com meu padrasto, que é médico, foi feito no Hospital Infantil Pedro de Elizalde (Casa Cuna à época), em Buenos Aires, local onde fui abandonado pelos militares, proveniente da Escola Superior de Mecânica da Armada (Esma), onde minha mãe foi sequestrada e onde eu nasci. Meu padrasto estava de plantão naquela noi-

te. Segundo ele acreditava, eu era apenas um menino abandonado de procedência desconhecida.

EC – Como era e como ficou a sua relação com os pais adotivos após a revelação de que eles não são seus pais biológicos?

Rubel – A relação com eles é boa.

EC – Por que é importante buscar a verdade?

Rubel – É importante que as pessoas que tenham informações ou dúvidas sobre as origens de um familiar as transmita diretamente a eles, porque somos pessoas que estão próximas dos 40 anos de idade. É uma bomba, uma comoção que te digam que a história que você conhece está incompleta ou está equivocada, mas tem que dizer.

EC – Há alguma conexão entre o desaparecimento dos seus pais e a adoção?

Rubel – Como disse anteriormente, meus pais adotivos eram civis e não tinham vinculação com as forças armadas. Sendo assim, não existiu nenhum vínculo entre uns e outros.

EC – Quem eram Ana Rubel e Hugo Castro? O que o senhor apurou sobre a militância dos seus pais e o que aconteceu com eles?

Rubel – Ana e Hugo, meus pais, foram dois militantes políticos revolucionários que pertenciam às Forças Argentinas de Libertação (FAL), uma organização política armada socialista. Eles foram sequestrados pelas forças armadas em janeiro de 1977 e posteriormente foram desaparecidos por estas.

EC – O senhor pretende fazer algo que simbolize o resgate da memória deles?

Rubel – Ainda é cedo para responder sobre isso. Sem dúvida, posso dizer que sempre me senti próximo dos processos de memória, verdade e justiça com relação aos fatos relativos à violação dos direitos humanos na última ditadura.

EC – Por que, ao ser adotado, o recém-nascido estava com a saúde debilitada?

Rubel – Há um consenso de que meu estado de saúde era muito precário. Estava cianótico. A cianose é um sintoma de insuficiência circulatória, doença pulmonar ou intoxicação por gases tóxicos, característica da cardiopatia congênita denominada tetralogia de Fallot, em que a criança pode apresentar, logo ao nascer, coloração azulada da pele e das mucosas. E com baixo peso. As causas, desconheço. (De acordo com o depoimento de Sara Solarz de Osatinsky, a criança pesava apenas 2 quilos. Sara é sobrevivente da Esma e, junto com Alicia Milia, testemunhou o nascimento de Jorge.)

EC – O que é o "Plano de Apropriação de Bebês"?

Rubel – Chama-se "Plano Sistemático" a prática sistemática de sequestro, desaparecimento e ocultamento de bebês e crianças, filhos de militantes sequestrados e desaparecidos. É um plano deli-

ENTREVISTA

berado que foi colocado em prática por membros das forças armadas durante a última ditadura.

EC – O senhor é o “neto recuperado número 116”, como assinala a *Abuelas*. Acredita que pode haver outros casos ainda não revelados de pessoas que foram tiradas de seus pais biológicos por militares durante a ditadura e adotadas de forma clandestina por esses e sem ter conhecimento da verdade?

Rubel – Não tenho dúvidas a respeito. A Associação das Avós da Praça de Maio considera que falta encontrar aproximadamente 400 jovens.

EC – Tem compartilhado essa experiência? Como?

Rubel – Uma vez que foi determinado que eu era um dos meninos procurados pela *Abuelas*, tive vários convites para partilhar a minha experiência ante várias audiências. Nesse contexto, falei com os jovens na província de Chaco, onde minha mãe nasceu. Essas palestras têm sido extremamente importantes para mim porque as considero como uma contribuição pequena, mas necessária para discutir publicamente as violações de direitos humanos durante a ditadura na Argentina, especialmente os casos de roubos de bebês.

EC – Dos países latino-americanos que passaram por períodos de ditadura militar, a Argentina foi o que respondeu de maneira mais enérgica aos crimes cometidos, tendo condenado mais de 200 militares e civis por envolvimento nas prisões, torturas, desaparecimentos e mortes. A que se pode atribuir essa vanguarda na punição aos crimes de Estado?

Rubel – Nesses temas, quer dizer, em relação aos processos de memória, verdade e justiça, a Argentina está claramente na vanguarda. E creio que isso se deve ao forte movimento de direitos humanos que se desenvolveu no país junto às políticas im-

plementadas por diversos governos. Houve também fortes resistências a esses processos, resistências que se foram quebrando com muita força de vontade.

EC – Como a sociedade argentina, especialmente os jovens, convive com a memória dos crimes da ditadura, lembrando que em países como o Brasil, que também viveu sob a repressão, não são raros os casos de jovens e grupos de direita que na atualidade reivindicam o retorno de militares ao poder?

Rubel – Graças ao trabalho realizado por distintos atores, há na Argentina um repúdio profundo às violações dos direitos humanos praticadas pelas forças armadas nos anos 1976-1983. Esse trabalho deve continuar e se aprofundar para que esse repúdio se estenda cada vez mais e seja dominante na cultura do respeito à vida digna.

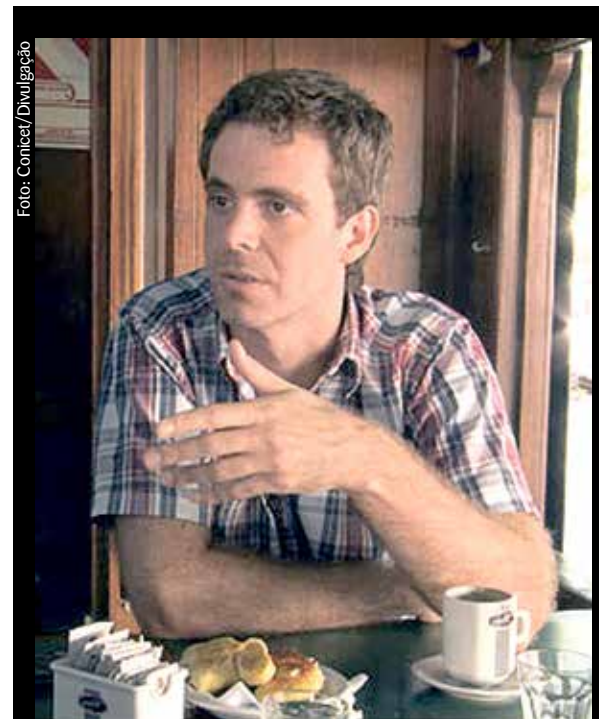
EC – O governo da presidente Cristina Kirchner, que está no final do segundo mandato, enfrentou a quarta greve geral com a paralisação convocada em março pela Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) e pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), que concentra a maioria dos sindicatos da área de transportes. Qual a sua avaliação sobre o momento político do país?

Rubel – Considero que essa greve não teve maiores consequências, pois as organizações expressaram publicamente suas posições e no dia seguinte o país retomou sua rotina sem contratempos. Neste sentido, creio que a situação política no país é absolutamente normal. Qualquer ator social tem na Argentina o direito de expressar suas posturas sem nenhum tipo de limitação.

EC – Enquanto sociólogo, o que pensa da atual conjuntura social e política brasileira, em que se insurgem grupos de ultradireita com forte representação no Congresso?

Rubel – Não conheço com profundidade a

situação política brasileira e, portanto, prefiro não me aventurar em nenhum tipo de análise além de repudiar qualquer vontade de promover mudanças políticas de forma violenta.



"Em relação aos processos de memória, verdade e justiça, a Argentina está na vanguarda devido ao forte movimento de direitos humanos e às políticas implementadas por diversos governos. As resistências foram quebradas com força de vontade"

EC

DeBrito Sul



Fretamento Planalto

O melhor da viagem começa aqui.

Eventos | Excursões | City Tour | Translados | Passeios Culturais
Negócios | Turismo Receptivo | Formaturas | Feiras
Viagens Escolares | Fretamento Contínuo | Shows
Viagens Internacionais | Associações de Classe | Agências de Viagem

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
fretamento@planalto.com.br
planalto.com.br
(51) 3374-9743 (51) 8451-9725



EXTRAPAUTA

TERCEIRIZAÇÃO

Após manobra da Câmara, Senado sinaliza que não haverá pressa

A mobilização dos movimentos sindicais que são contrários ao PL 4.330, apesar da derrota na Câmara, reduziu em 60% o apoio de deputados e busca agora a reversão com os senadores

► Da Redação

edimar@sinprors.org.br

Em abril a palavra terceirização deu a tônica dos debates políticos e acirrou os embates. O mês mal iniciou e o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 8, o texto-base do Projeto de Lei 4.330/04, que regulamenta os contratos de terceirização: no setor privado, para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e duas abstenções.

O PL entrou em votação, coincidentemente, na mesma semana em que estavam organizadas para o domingo seguinte, dia 12, as marchas antiDilma e antipetistas. A partir de uma articulação do relator do projeto, Artur Maia (SD-BA), com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a matéria foi recolocada na pauta e aprovada com um texto que não usa os termos atividade-fim ou atividade-meio, deixando, portanto, em aberto às empresas a terceirização de todos os seus setores.

A CUT vinha tentando negociar a mudança no texto com o relator desde o dia 31 de março, mas não houve acordo. Para Maia (SD-BA), a definição de atividade-meio e atividade-fim está judicializada (em apreciação) no Supremo Tribunal Federal – STF, pela súmula 331. O relator defende que o termo a ser utilizado é “atividade especializada”, que ainda não tem definição.

MOBILIZAÇÃO – A CUT e a CTB organizaram uma vigília no Congresso com a intenção de pressionar os deputados dentro da casa ao “não”. Porém, foram impedidos de ingressar na Câmara por ordem do presidente. Houve, inclusive, confronto entre o policiamento que cercava o Legislativo e manifestantes. Sindicalistas saíram feridos do local. No mesmo dia, representantes da Fiesp e de setores empresariais circulavam livremente pela casa com acesso irrestrito aos parlamentares antes das votações e puderam assistir à plenária sem qualquer restrição. No dia 15, houve um protesto nacional com paralisação em várias capitais. No dia do trabalhador, 1º de maio, CUT, partidos e todos movimentos sociais articulados contra o PL 4.330 realizaram protestos em todo país. Para o presidente nacional da Central, Vagner Freitas, foi o primeiro passo para a criação de um “bloco de esquerda” contra o retrocesso. A CUT prevê greve geral em maio, caso o Senado mantenha o texto-base.

O segundo *round* das votações ocorreu conforme acordado entre os parlamentares, no dia 14, mas desta vez diminuiu sensivelmente a diferença. Foram 230 parlamentares a favor *versus* 203 contra.



Calheiros e os presidentes de centrais sindicais, em reunião no Senado, no dia 28 de abril, para tratar do PL 4.330

Se por um lado houve nova derrota para os trabalhadores, por outro, demonstrou que a reação do movimento sindical articulado com os demais movimentos sociais para barrar o PL 4.330 fez crescer a tendência ao não. Ou seja, o apoio ao PL caiu quase 60%, apesar do *lobby* pesado do empresariado na Câmara e da publicidade paga em rádio e TV, em São Paulo, bancados pela Fiesp.

Como a matéria segue para discussão no Senado Federal, ainda no dia 28 de abril, as centrais sindicais CUT, CTB, NCST e UGT, assim como o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disputaram a atenção do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Renan no mesmo dia sinalizou que o PL 4.330 não vai tramitar de forma apressada como ocorreu na Câmara e que buscará acordo com partidos e não com lideranças setoriais, por estarem mais sujeitos ao *lobby*. No mesmo dia, Eduardo Cunha retalhou, afirmando que se os senadores demorarem para votar a matéria, a Câmara deixará de votar temas de interesse do Senado.

DIREITOS E PREVIDÊNCIA – Calheiros ponderou que a questão da atividade-fim da forma como está, e principal ponto de divergência, muda radicalmente as relações de trabalho e tem consequências também na arrecadação da Previdência Social. “Ter pressa nessa regulamentação, significa, em outras palavras, regulamentar a atividade-fim, e isso é um retrocesso, uma pedalada no direito do

trabalhador”, afirmou.

A posição do senador mostra sintonia com a declaração da presidente Dilma Rousseff, na semana posterior à votação na Câmara, em visita a Xanxerê, para verificar os estragos causados por um tornado. Segundo ela, “a terceirização tem de estar ancorada em duas exigências: de um lado, o pagamento de impostos, porque não podemos virar um país onde ninguém paga imposto, porque você aceitará uma relação chamada de ‘pejotização’ que é transformar em pessoa jurídica todos os integrantes de uma empresa. Com isso, você não teria pagamentos de impostos, principalmente de contribuição previdenciária. Transformar em ‘pejotização’ significa, por outro lado, a perda de direitos trabalhistas importantes conquistados ao longo do tempo”. Para Dilma, o governo entende que precisa haver equilíbrio. Reconhece a importância de ter uma legislação sobre a terceirização e considera que este “equilíbrio significa, sobretudo, que não se elimine a diferença entre atividades-fins e meio para todas as atividades existentes em uma economia”. Na mesma linha, em evento do Sindicato dos Metalúrgicos, no ABC paulista, o ex-presidente Lula sentenciou: “Tranquilamente, a companheira Dilma vai vetar”. Para ele, existe uma área cinzenta na terceirização que tem de ser regulamentada. “Mas isso não pode significar perda de direitos trabalhistas e nem pode significar o não pagamento de impostos”, conclui.

COMPORTAMENTO

CULTURA

Consumo não inclui hábitos culturais

Pesquisa mostra que apesar da oferta e do poder aquisitivo, maioria dos brasileiros não investe em cultura: 70% não leram livros e 55% não acessaram qualquer atividade em 2014



Foto: Fê Pires/divulgação

Circuito alternativo: o 7º Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre que teve apresentações em 27 bairros da capital, em abril

► Por Edimar Blazina

edimar@sinprors.org.br

Se o hábito da leitura fosse um livro, ele poderia ser comparado a uma obra de pouco sucesso e encalhada nas prateleiras das livrarias e bibliotecas do país. A simplória comparação surge a partir de dados divulgados em abril pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ) que revela, entre outras constatações, que 70% dos brasileiros não leram sequer um livro durante todo o ano de 2014 e mais da metade da população (55%) não fez nenhum tipo

de atividade cultural nos últimos 12 meses. Apesar da diversidade de oferta de programação no país, o desinteresse por esse tipo de atividade, para a maioria (78,7%), é simplesmente a falta de hábito.

O levantamento buscou entender os hábitos culturais da população nacional. Para isso foram ouvidos mil entrevistados em 70 cidades e nove regiões metropolitanas de todo país. Os resultados indicam que, ainda hoje, esses programas são para poucos interessados. A pesquisa listou uma série

de opções de arte e entretenimento e concluiu que aproximadamente 89% não foram ao teatro no último ano e 73,1% não assistiram a nenhum filme nas salas de cinema brasileiras em 2014. Visitar exposições de arte ou frequentar espetáculos de dança não faz parte dos costumes de mais de 90% dos pesquisados. Os que deixam de ir a shows musicais têm aumentado desde 2011 e hoje somam 80,6%, um acréscimo de 2,2 pontos percentuais desde o último levantamento, em 2013.

Números que contrastam

Não é por falta de oferta e produção nacional que o brasileiro deixa de consumir cultura. Segundo o último levantamento da Câmara Brasileira do Livro (CBL), realizado em 2013, foram produzidos 62,23 mil títulos novos no país, entre lança-

mentos e reedições, representando um aumento de 8,29% em relação a 2012. No mesmo ano foram vendidos 279,66 milhões de obras que, se distribuídos a toda população, cada brasileiro receberia mais de um exemplar.

No setor audiovisual não é diferente. Apenas no primeiro semestre de 2014, o país inaugurou 194 novas salas de cinema e fechou o ano com 2.765. Apesar do aumento, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) considera insuficiente o núme-

ro, que classifica o Brasil como o 60º país na relação de habitantes por sala. Segundo a Agência, são privilegiadas as áreas de maior poder aquisitivo das grandes cidades, excluindo populações inteiras como o Norte e o Nordeste, as periferias urbanas, as cidades pequenas e médias do interior.

Na busca por diminuir essa diferença, a Ancine lançou em 2012, em parceria com o BNDES, o Programa *Cinema Perto de Você*, criado para facilitar o

acesso da população às obras audiovisuais através da abertura de salas em cidades de porte médio e bairros populares das grandes cidades. Apesar da centralização dos cinemas, de acordo com o Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA), órgão da Ancine, nas primeiras cinco semanas de 2015 foram vendidos 17,9 milhões de ingressos, o melhor resultado na série histórica desde a década de 1980.



Foto: Luciano Lanes/PMPA

Produção de livros aumentou 8,29%, mas 70% não leem

Poucos teatros, muitas opções



Foto: Douglas Trancoso

Espectáculo do 7º Festival Internacional de Teatro

Milton Nascimento, nos versos da canção *Nos Bailes da Vida*, diz que o artista deve ir onde o povo está. A sugestão cabe ao ator, diretor e produtor cultural, Alexandre Vargas. Para ele, existe um público interessado em teatro, o que falta são espaços para

apresentações, o que explica porque apenas 11% dos brasileiros assistiram a uma única peça em 2014. “É absolutamente coerente. Se você analisar pelas pesquisas que apontam apenas 4% dos municípios brasileiros com salas de teatro, esse número é real”, dispara.

Vargas é o idealizador do *Festival de Teatro de Rua de Porto Alegre* que, em 2015, realizou 76 apresentações de 22 grupos, em 17 regiões da cidade, abrangendo 27 bairros da capital. “Quando criei o Festival, em 2009, pensei em uma programação para a cidade, não em um público específico”, explica. O Festival está em sua 7ª edição e atrai cada vez mais espectadores. Para ele, o brasileiro considera a rua como um espaço cultural. “Nos últimos anos, as manifestações de rua cresceram muito no país”, conclui.

Tempo livre roubado pela TV

Quando questionados sobre o que faziam em seu tempo livre, 21,5% responderam que ocupam a maior parte do tempo com atividades religiosas, 15,7% têm encontros com amigos ou parentes. Mas, a grande maioria, 78,7%, afirmou que assiste televisão. “Não podemos, de sã consciência, dizer que a televisão brasileira aberta ou fechada ofereça produtos culturais em quantidade e qualidade expressiva e significativa”, avalia Paulo Gomes, professor doutor em Poéticas Visuais pela Ufrgs.

Gomes explica que o público que frequenta exposições, espetáculos e bibliotecas ainda é muito

restrito e geralmente de uma camada com grau de instrução e informação elevados. A resposta, para o especialista, é simples: o fator cultura ainda não foi incorporado ao dia a dia dos brasileiros. “É um elemento secundário na vida nacional e que depende da ampla informação de que a cultura é parte integrante da identidade e do conceito de nação” esclarece.



Foto: René Cabral/Arquivo

Gomes, professor da Ufrgs

Dispostos a pagar

Diferente do que se poderia esperar, os preços não são o principal entrave para o consumo cultural no Brasil. O levantamento da Fecomércio RJ aponta um aumento no valor que os consumidores estariam dispostos a pagar por um produto ou serviço, na comparação com 2013. Por um *e-book*, por exemplo, os entrevistados afirmaram que R\$ 35,42 é um valor justo. No ano passado, a quantia era de R\$ 25,31. Para ir a um show musical, pagariam, em média, R\$ 29,44 (em 2013 era R\$ 27,88) e, para comprar um livro impresso, R\$ 28,18 (R\$ 27,46 no ano anterior). Todos os valores são superiores aos R\$ 26,27 pagos atualmente por dia de trabalho a quem recebe um salário mínimo.

O hábito pode ser criado

O motivo apresentado pela maioria dos entrevistados (76%) para não participar de atividades culturais é a falta de hábito, o que para Gomes pode ser revertido, e a escola é um caminho. “Se as necessidades surgirem da massa da população desprovida de acesso à cultura, mas em vias de qualificação, as coisas podem mudar sim. Qualquer pai e mãe sabem disso. Bons e maus hábitos são criados, cultivados ou, se prejudiciais, extirpados”, aponta.

O desenvolvimento e potencialização de políticas públicas também são vistas como solução. Para o professor, falta ao país, estados e municípios “assumirem premissas, eliminarem de suas pautas de governos a ideia do Estado promotor de eventos e aceitarem a evidência de que cultura e educação são indissolúveis” conclui Gomes.

extraclasses.org.br

jornalismo além da superfície

Tudo que você lê agora pode ser atualizado a qualquer instante.
Acesse o *Extraclasse* on-line e saiba mais e mais.



SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

MARCO DE DAKAR

País universaliza inclusão e acesso ao ensino

Dos compromissos coletivos firmados em 2000, continuam como desafios a redução do analfabetismo de adultos, atendimento a populações vulneráveis e ensino de qualidade para jovens e crianças



Foto: Igor Sperotto

País deve incluir 700 mil crianças de quatro e cinco anos no sistema formal de ensino até 2016

► Por Gilson Camargo

gilson.camargo@sinprors.org.br

Duas das seis metas do Marco de Ação de Dakar, *Educação para Todos: Cumprindo nossos Compromissos Coletivos*, firmado em 2000 por 164 países, foram atingidas pelo Brasil, de acordo com o relatório de monitoramento divulgado no início de abril pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Apenas um terço dos países que assinaram o pacto cumpriu as metas. Os signatários são nações de renda baixa e média baixa que, conforme o documento, precisam aumentar o investimento em

educação e gastar 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para garantir um ensino de qualidade. A Unesco acompanha o progresso das metas que deveriam ser cumpridas até 2015. Os resultados estão no *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2000-2015: Progressos e Desafios*, a última edição do monitoramento, produzido por uma equipe independente da Unesco. Até setembro deste ano, uma nova agenda será definida pelos estados-membros.

O relatório recomenda que as nações ricas aumentem os repasses aos países mais pobres em US\$

22 bilhões por ano. Esse é o valor do déficit anual na educação básica. Para a Unesco, o investimento mínimo ideal em educação deve ser entre 4% e 6% do PIB do país ou 20% do orçamento. De acordo com os últimos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o percentual atinge 6,6% do PIB.

O relatório aponta que o Brasil conseguiu universalizar o acesso à educação primária, do 1º ao 5º anos do ensino fundamental, e cumprir a meta referente à inclusão de meninos e meninas na escola,

independente do gênero. Porém, o país não conseguiu reduzir o analfabetismo dos adultos, garantir educação de qualidade aos jovens e às crianças com menos de cinco anos de idade. “O Brasil avançou muito em todas as metas, no entanto, não conseguiu alcançar em sua totalidade algumas delas. Há um grande desafio para o Brasil, sabemos que o país tem um tamanho continental, são milhares de escolas, professores, alunos, tem uma grande complexidade, mas tem todo o potencial para alcançar as metas”, avalia a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Maria Rebeca Otero. Entre os compromissos que não foram cumpridos na sua totalidade, o analfabetismo atinge ainda 8,3% da população com mais de 15 anos, conforme apontam os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). O país também precisa melhorar “a atratividade” do ensino médio e a oferta do ensino técnico público, além de assegurar o acesso de 700 mil crianças de quatro e cinco anos à escola até 2016.

INCLUSÃO – No relatório da Unesco, o país é citado como um dos que teve os ganhos mais substanciais entre as crianças das famílias “mais pobres” na comparação com os filhos de famílias “menos pobres”. Essa evolução é atribuída aos programas de inclusão de renda como o *Bolsa Família*, citado mais de uma vez no documento. Porém, a entidade alerta que o programa não equaciona a questão da inclusão. “Mesmo programas relativamente bem orientados como o *Bolsa Família* não chegam aos extremamente pobres e não resolvem os seus desafios”, aponta Maria Rebeca.

Foto: Edson Fogaça/Ucp/Unesco



Rebeca: melhorar atendimento a vulneráveis

A coordenadora de educação da Unesco no Brasil destaca que, apesar de superada a meta da universalização do ensino fundamental, o Brasil, que atingiu uma taxa de 97% de inclusão, ainda não atende plenamente as populações mais vulneráveis como a indígena, quilombola e de pessoas com deficiência. Em relação à questão de gênero, afirma que faltam políticas nacionais orientadas. Rebeca avalia que a suspensão do *kit anti-homofobia*, que seria distribuído nas escolas para a abordagem da homossexualidade e

questões de gênero em sala de aula, foi um retrocesso. Por conta da polêmica criada por grupos religiosos e amplificada por seus representantes no Congresso, o *kit* foi retirado de circulação em 2011. “O Brasil tem passado nesse âmbito um certo retrocesso”, critica a representante da Unesco, apontando que isso pode ser revertido com políticas que trabalhem a questão de gênero e sexualidade com os jovens.

**Com informações da ABr e Unesco.*

Dia das Mães + delicioso

Para comemorar o Dia das Mães, durante o mês de maio, ao comprar nas lojas Móveis Cenci você ganha um **aparelho de fondue** e um *livro de receitas* para deixar o Dia das Mães **mais delicioso.**

Procure a loja mais próxima!

Bento Gonçalves 54 3451.4877. Canoas 51 3785.8858. Caxias do Sul 54 3220.5000. Farroupilha 54 3412.5005. Flores da Cunha 54 3292.2254. Guaporé 54 3443.8377. Nova Bassano 54 3273.1933. Nova Pádua 54 3296.1532. Nova Prata 54 3242.1880. Novo Hamburgo 51 3036.2030. Passo Fundo 54 3601.5277. Porto Alegre 51 3012.0161. Sananduva 54 3343.3055. Santa Maria 55 3026.8555. Veranópolis 54 3441.4088

Apresente o cartão Sinpro/RS Vantagem e ganhe

5% de desconto

nas Lojas Cenci do RS

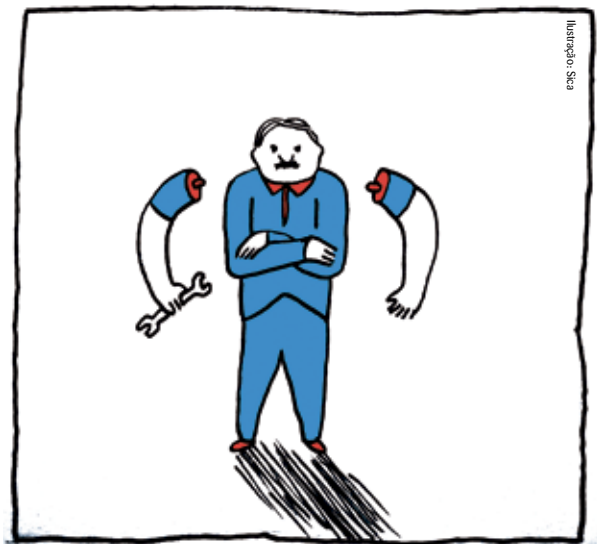
cenci

[ambientes transformadores]



FRAGA

Terceirizações



Já chovia há quatro dias quando Noé recebeu uma visita. O sujeito, alguém que ele nunca tinha visto, estava ensopado até os ossos.

– Seu Noé? Deus mandou um aviso especial para o senhor. É o seguinte: vai chover 40 dias e 40 noites. É pra construir uma arca, encher de bicho e esperar.

– É? E por que não fui avisado antes? Onde vou achar madeira seca?!

– Bom, não tenho nada com isso, meu departamento é outro, o cara dos recados tá de licença. Como esperavam passar o temporal, só recebi a tarefa ontem, mas seu endereço era fora da rota. O senhor assine aqui, por favor.

E sumiu no aguaceiro.

oOo

A maquete da pirâmide ficara uma beleza, seria a maior de todas. Que-óps elogiou o arquimestre-de-obras:

– Muito bom o seu projeto, basta uns cortes no orçamento. Precisamos definir é o tempo de construção, o mais rápido possível.

O arquimestre-de-obras consultou a planta da pirâmide para esclarecer:

– Seu faraó, calculei que com 30 mil trabalhadores fica pronta em 60 anos.

– O quê?! Antes disso já estarei morto! Tem que ser no máximo em 20 anos!

– Bem, só se não tiver descanso no fim de semana, nada de férias, três turnos sem hora extra, rigor no cronograma. Quer dizer, exigiria outro regime trabalhista.

Queóps se animou:

– Qual?

– Escravidão.

E assim foi feito.

oOo

Pedro Alvares Cabral reuniu a tripulação. Estava de cara amarrada.

– Pessoal, não dá mais. Já estamos no mar há mais de ano e nada de descobrimentos. O que tá havendo com a turma da gávea? Quero uma explicação já!

Um dos marujos avançou um passo.

– Seu Cabral, a gente não é empregado da sua companhia de navegação. Ofereceram pra gente um biscate na sua nau, serviços gerais, nenhuma experiência. Não falaram sobre todo dia subir e ficar olhando o horizonte lá de cima. O problema é que eu tenho catarata, o meu colega tem vertigem de altura e o outro ali enjoa desde que embarcamos. E o capitão-mor deu um suspiro, o mais profundo da sua vida.

**Nossa época cultua tanto o efêmero
que é até capaz do carbono 14 nos ignorar.**



BENEFÍCIOS DA
CAMINHADA

Viva Bem Unimed

Caminhada Orientada



A prática regular de atividades físicas contribui para a prevenção de doenças, combate a obesidade e melhora a autoestima. Exercícios regulares são fundamentais para uma vida saudável e um corpo em forma. Por isso, a Unimed Porto Alegre oferece a seus clientes e à comunidade a prática de atividades físicas ao ar livre com a orientação de instrutores.

A **Caminhada Orientada** ocorre todas as segundas e quartas, às 18h15, no Parcão, e terças e quintas-feiras, às 9h e às 18h15, na Redenção. Para participar, é necessário apresentar atestado médico e agendar avaliação na Casa Bem-Estar. As inscrições são gratuitas. Informações pelo telefone **3316-7177** ou e-mail **medicinapreventiva@unimedpoa.com.br**.

Confira as dicas que a Unimed Porto Alegre preparou para você aproveitar sua caminhada com toda a segurança.

Para iniciar um programa de caminhada:

- ▶ Escolha um lugar agradável e seguro, que seja próximo a sua residência ou trabalho. Encontre um parceiro ou grupo de pessoas para caminhar com você.
- ▶ Prefira lugares planos e arborizados ou ruas sem movimento intenso de veículos.
- ▶ Use roupas leves e confortáveis que permitam a evaporação do suor em dias quentes.
- ▶ Escolha um tênis confortável que dê apoio e estabilidade, além de amortecer bem o impacto das passadas.
- ▶ Use preferencialmente meias de algodão, pois elas ajudam a absorver o suor.
- ▶ Use protetor solar, óculos escuros e boné. Evite expor-se ao sol das 10h às 16h.
- ▶ Faça exercícios de alongamento antes e após a caminhada.
- ▶ Inicie sua caminhada em ritmo mais lento e vá progredindo devagar, até alcançar uma velocidade que possa ser mantida por 30 minutos ou mais.
- ▶ Caminhadas rápidas em cinco ou mais dias da semana, de 30 e 45 minutos por dia, podem fazer muito por você e sua saúde.
- ▶ Antes de praticar qualquer atividade física, faça exames médicos e verifique como está a sua saúde.

Para mais dicas de bem-estar, acesse nosso blog:
bemestar.unimedpoa.com.br

ANS - nº 352501

f unimedpoa

@unimedpoa

unimedpoa.com.br

0800 510 4646



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Agrotóxicos e câncer: o alerta do Inca

Em março deste ano, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc), ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS), publicou um artigo que sistematizou pesquisas sobre o potencial cancerígeno de cinco ingredientes ativos de agrotóxicos realizadas por uma equipe de pesquisadores de 11 países, incluindo o Brasil. Baseada nestas pesquisas, a agência classificou o herbicida glifosato e os inseticidas malationa e diazinona como prováveis agentes carcinogênicos para humanos e os inseticidas tetraclorvinfós e parationa como possíveis agentes carcinogênicos para humanos. Destes, a malationa, a diazinona e o glifosato são amplamente usados no Brasil. Herbicida de amplo espectro, o glifosato é o produto mais usado nas lavouras do Brasil, especialmente em áreas plantadas com soja transgênica.

A partir do levantamento publicado pela Iarc, o Instituto Nacional do Câncer (Inca) divulgou uma nota oficial chamando a atenção para os riscos que a exposição ao glifosato e a outras substâncias representam para a saúde dos brasileiros. Dentre os efeitos associados à exposição crônica a ingredientes ativos de agrotóxicos, o Inca cita, além do câncer, infertilidade, impotência, abortos, malformações fetais, neurotoxicidade, desregulação hormonal e efeitos sobre o sistema imunológico. O Inca e a Organização Mundial da Saúde estimam que, nos próximos cinco anos, o câncer deve ser a principal causa de mortes no Brasil.



Foto: Marcello Casal Jr/ABr

Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos

No Brasil, destaca o Instituto Nacional do Câncer, a venda de agrotóxicos saltou de US\$ 2 bilhões para mais de US\$ 7 bilhões entre 2001 e 2008, alcançando valores recordes de US\$ 8,5 bilhões em 2011. Em 2009, acrescenta, “alcançamos a indesejável posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos, ultrapassando a marca de 1 milhão de toneladas, o que equivale a um consumo médio de

5,2 kg de veneno agrícola por habitante”. E chama a atenção para o fato de que a liberação do uso de sementes transgênicas no Brasil colocou o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos.

O Inca também manifestou preocupação com o fato do Brasil ainda realizar pulverizações aéreas de agrotóxicos, “que ocasionam dispersão destas substâncias pelo ambiente, contaminando amplas áreas e atingindo populações”. E criticou a isenção de

impostos que o país continua a conceder à indústria produtora de agrotóxicos, além do fato de o Brasil permitir o uso de agrotóxicos já proibidos em outros países. Na avaliação do instituto, o modelo de cultivo com o uso intensivo de agrotóxicos gera grandes malefícios, “como poluição ambiental e intoxicação de trabalhadores e da população em geral”.

Intoxicações agudas e crônicas

As intoxicações agudas por agrotóxicos, assinala o Inca, afetam principalmente as pessoas expostas por esses produtos em seu ambiente de trabalho e são caracterizadas por efeitos como irritação da pele e olhos, coceira, cólicas, vômitos, diarreias, espasmos, dificuldades respiratórias, convulsões e morte. Mas esse não é o único tipo de intoxicação. As intoxicações crônicas podem afetar toda a população, pois são decorrentes da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas. Os efeitos adversos decorrentes da exposição crônica aos agrotóxicos, adverte ainda o instituto, podem aparecer muito tempo após a exposição, dificultando a correlação com o agente. Dentre os efeitos

desse tipo de exposição, estão a infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer.

Os últimos resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), revelaram amostras de alimentos com resíduos de agrotóxicos em quantidades acima do limite máximo permitido pela legislação e com a presença de substâncias químicas não autorizadas para o alimento pesquisado. Além disso, acrescenta o Inca, também constatarem a existência de agrotóxicos em processo de banimento pela Anvisa ou que nunca tiveram registro no Brasil.

Considerando esses dados, o Instituto Nacional de Câncer recomenda o uso do Princípio da Precaução e o estabelecimento de ações que visem à redução progressiva e sustentada do uso de agrotóxicos, como previsto no Programa Nacional para Redução do uso de Agrotóxicos (Pronara). O instituto defende ainda a substituição progressiva desse modelo dominante pela produção de base agroecológica em acordo com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O alerta do Inca já encontrou um aliado importante: O MP Federal recomendou à Anvisa que seja concluída com urgência a reavaliação toxicológica do glifosato e que a agência determine o banimento desse herbicida do mercado nacional.

Quando o professor vem a Porto Alegre fica em casa.

A Casa do Professor é a referência de conforto para os associados do Sinpro/RS na capital. Nossos apartamentos são equipados com TV, micro-ondas, geladeira, ar-condicionado, sala de internet com wireless e todas as atrações que Porto Alegre oferece.



Reservas pelo telefone: (51) 4009-2988 ou pelo casadoprofessor@sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Automovelcracia no limite

Opção pelo carro particular agrava congestionamentos nas metrópoles e inviabiliza o transporte coletivo, do qual dependem mais de 65% da população



Foto: Igor Sperotto

► Por Ulisses Nenê

extraclass@sinprors.org.br

O escritor e jornalista Eduardo Galeano, morto no dia 13 de abril, aos 74 anos, cunhou o termo *automovelcracia* para criticar a presença esmagadora, na vida moderna, de “sua excelência o carro”, o maior símbolo de *status*, poder e felicidade que pode existir, conforme reforça diariamente a indústria e a publicidade. “Os carros não votam, mas os políticos têm pânico de provocar-lhes o mínimo desgosto”, escreveu o autor de *As veias abertas da América Latina*. Mas parece que esse reinado está chegando ao limite do suportável. É o que sinalizam no Brasil – e em outros países – os enormes congestionamentos e os protestos por um transporte público acessível e de qualidade para a maioria da população.

Até hoje, o maior congestionamento de que se tem notícia aconteceu na China, nas imediações de Pequim, em 2010. Foram nada menos que 11 dias – isso mesmo, 11 dias – de trânsito completamente paralisado. Muitos motoristas simplesmente aban-

donavam os carros, iam para casa e retornavam no outro dia para ver se já podiam se movimentar. Já em Bangkok, na Tailândia, é comum os motoristas levarem garrafas vazias para urinar nas tranqueiras diárias, que costumam durar até altas horas da madrugada.

No Brasil, não faltam evidências de que o trânsito nas metrópoles caminha para um colapso sem precedentes. Com os incentivos à produção e aquisição de veículos para aquecer a economia em meio à crise mundial, a frota brasileira mais que dobrou em menos de uma década, passando de 41 milhões de veículos em 2005 para 86,7 milhões de unidades em 2014, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Como resultado, por exemplo, São Paulo tem os mais longos congestionamentos do mundo, muitas vezes ultrapassando os 200 quilômetros de extensão.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 2013, apontou

que, pela primeira vez, mais da metade dos domicílios brasileiros (54%) têm carro ou motocicleta na garagem, índice que era de 45% em 2008. Por outro lado, com mais gente usando o transporte individual, caiu em 30% o uso de transporte público, também contribuindo para isso o alto preço das passagens. Mesmo assim, a maioria da população ainda depende do transporte coletivo: 66% dos habitantes das regiões metropolitanas e 65% das capitais.

Com tantos veículos nas vias públicas, os brasileiros gastam cada vez mais tempo se deslocando e demoram, em média, 30 minutos para chegar ao trabalho. Em capitais como São Paulo e Rio, essa média sobe a 42 minutos. Pior ainda: quase 20% do total e 57% dos usuários do transporte público gastam 1 hora ou mais nesse trajeto. Se tempo é dinheiro, as pessoas estão perdendo muito e as cidades também, quando deixam de receber investimentos por culpa do trânsito conflagrado e os custos disso.

Círculo vicioso



Foto: Igor Sperotto

Para Albano, da Ufrgs, caos no trânsito é resultado da cultura do automóvel e desvalorização do transporte público

“O tempo é uma das variáveis mais valorizadas da vida moderna”, lembra o engenheiro João Fortini Albano, mestre e doutor em Transportes do Laboratório de Sistemas de Transportes (Lastran), da Ufrgs. Segundo Albano, criou-se um círculo vicioso: o aumento de renda da população incentiva a aquisição do automóvel, com prejuízo ao transporte público, que tem viagens mais demoradas, menos passageiros, passagens mais caras, e isso estimula ainda mais a compra de carros, fechando-se o círculo.

Já o economista Ricardo Brinco, pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE), destaca que devem ser considerados também os custos so-

ciais e ambientais do transporte individual. Doutor em Economia pela Universidade de Paris X – Nanterre, ele observa que os automóveis são grandes emissores de gases poluentes, nocivos à saúde pública; são causadores de aquecimento global, além da poluição sonora, os acidentes e o estresse das pessoas, tudo levando à perda de qualidade de vida e ao comprometimento da atividade econômica.

“Essa é a essência da crise de mobilidade enfrentada pelo país: a pura e simples impossibilidade de seguir convivendo com tamanha quantidade de veículos sendo despejados nas ruas das nossas cidades. O que está em jogo é a virtual falência de alguns sistemas viários, o que não pode ser levemente descartado”, alerta Brinco. Os impostos pagos pelos proprietários dos veículos, segundo o economista, não cobrem os custos sociais do transporte particular.

Os investimentos em novas vias, túneis e viadutos apenas deslocam os congestionamentos de um lugar para outro, incentivam o transporte individual e geram novas demandas por mais e mais obras, dizem os especialistas. Neste sentido, na audiência pública realizada para discutir o Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Porto Alegre, em abril, a principal reclamação dos participantes foi

por mais atenção da Prefeitura ao transporte público, aos pedestres e aos ciclistas.

“Continuam privilegiando, em cada obra, o uso individual do automóvel. Cada vez que a Prefeitura anuncia a pavimentação de mais 100 quilômetros sinaliza para que o cidadão use o carro, isso faz com que o número de passageiros (de ônibus) vá diminuindo e refletindo na tarifa”, criticou André Gomide, da Associação pela Mobilidade Urbana (Mobicidade). “É como se o pedestre não fizesse parte do sistema, (como se fosse) um cidadão de segunda classe”, afirmou a jornalista Katia Suman, que deixou de usar o carro como meio de locomoção.



Foto: Igor Sperotto

“O que está em jogo é a virtual falência de alguns sistemas viários”, alerta Brinco, da FEE

Pedágio urbano



Foto: Igor Sperotto

O engenheiro João Albano, do Lastran, defende subsídios públicos para quebrar o círculo vicioso do transporte individual, aliviar o trânsito, melhorar a qualidade do transporte público e baratear as passagens. Já o economista Ricardo Brinco, que é autor do livro *Pedágio Urbano e gerenciamento do tráfego urbano: elementos para análise*, acredita que o dinheiro para subsidiar as tarifas poderia vir da cobrança de pedágio nas cidades mais congestionadas, como já acontece em Londres, na Inglaterra, Estocolmo, na Suécia, Oslo, na Noruega, Milão, na Itália, Santiago, no Chile, e em outras metrópoles pelo mundo.

“Para termos tarifas do transporte público acessíveis é preciso pensar no subsídio com recursos vindos do transporte privado, na transferência de recursos de um sistema para outro, afinal, se hoje é barato ter carro, que (os proprietários) paguem mais”, afirma Brinco. “Mas é difícil que isso ocorra. Nas condições atuais, a situação vai ter que piorar muito para que as pessoas vejam a realidade, isso não dá votos”, completa.

Outras opções que Albano e Brinco citam para desestimular o automóvel são o rodízio de placas, como acontece em São Paulo, a proibição de estacionamento nas avenidas e áreas mais congestionadas, restrições de circulação aos veículos mais poluentes, entre outras. Porém, adverte o coordenador do projeto do metrô de Porto Alegre, engenheiro Luis Cláudio Ribeiro, simultaneamente, o transporte público precisa melhorar muito, do contrário, as pessoas vão se readaptar, diluir os seus gastos e continuar usando o carro.

Na China, conta Albano, em 2005, o trânsito de Pequim estava completamente congestionado, a poluição era insuportável. O governo adotou uma política de substituição dos carros pelo transporte coletivo. Iniciou pela ampliação da linha do metrô de 325 para 500 quilômetros, até 2015, e passou a subsidiar o valor da tarifa, que baixou de R\$ 0,73 para R\$ 0,35, o que atraiu uma quantidade substancial de novos usuários tanto para o metrô quanto para os ônibus.

Ao mesmo tempo, o governo chinês tenta retomar a tradição do uso da bicicleta, que representou 60% do transporte no país e hoje está em 18%. Além de reativar ciclovias, limitou drasticamente a compra de carros: agora é preciso passar por um sorteio para alguém ter a autorização de aquisição de um veículo. As reações foram muito fortes, mas o governo também é forte e impôs a sua nova política. Lá, pelo menos, a automovelcracia agora tem limites.

Direito à cidade é direito à locomoção



Foto: Igor Spector

Audiência do Plano Diretor de Mobilidade Urbana reclamou mais atenção ao transporte público, pedestres e ciclistas

Dois anos após as manifestações que tiveram início com protestos contra os preços das passagens, esta ainda é uma questão longe de ser resolvida. O passe-livre estudantil foi instituído no Rio Grande do Sul, São Paulo, na capital do Rio de Janeiro e em algumas cidades menores, mas o Movimento Passe Livre (MPL) continua reivindicando a tarifa zero para todos: “Não são apenas os estudantes que devem ter direito ao passe-livre, também os idosos, os desempregados, toda a população, porque o direito à cidade só existe quando as pessoas podem se locomover por ela”, diz Heudes de Oliveira, 17 anos, porta-voz do MPL de São Paulo.

Pressionados pelo barateamento das passagens e por investimentos no sistema de transportes, os prefeitos querem recursos para poder subsidiar as tarifas. O prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, foi presidente da Frente Nacional dos Prefeitos até o mês passado e diz que a entidade defende duas formas básicas de subsídio. Uma delas é a criação do Regime Especial de Incentivo ao Transporte de Passageiros (Reitup), que prevê a desoneração tributária dos insumos das empresas de ônibus e metrô, como diesel, pneus e energia elétrica. O projeto do deputado Sérgio Brito (PDT/BA) foi apresen-

tado em 2007 e atualmente está em análise em uma comissão especial na Câmara dos Deputados.

Outra saída para baratear as passagens seria a destinação de parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o imposto dos combustíveis, para o financiamento do transporte coletivo. “Com isso poderíamos reduzir substancialmente os valores das tarifas e ainda dar mais qualidade a todo o sistema”, diz Fortunati.

Os investimentos do governo federal previstos no Pacto pela Mobilidade, lançado na esteira dos protestos, somam R\$ 143 bilhões: R\$ 93 bilhões de 375 obras do PAC 2, mais R\$ 50 bilhões dos pedidos de prefeituras e estados quando foi firmado o pacto. No estado, foram aplicados mais de R\$ 4 bilhões na ampliação, até Novo Hamburgo, da linha do Trensurb, que também recebeu 15 novos trens, e implantação da linha do aeromôvel, até o Aeroporto Salgado Filho.

Algumas obras de mobilidade previstas para a *Copa do Mundo* continuam atrasadas, como os corredores de BRTs na capital (Bento Gonçalves, Protásio Alves e João Pessoa). Quanto ao metrô, o coordenador de projetos do Escritório Metropoa, Luis Cláudio Ribeiro, informa que está sendo retomada a ideia original de extensão da linha do

centro até a Fiergs, com 15,5 quilômetros. Mas há um impasse quanto aos recursos, no total de R\$ 4,8 bilhões, uma vez que o Estado não tem condições de aportar sua parcela, no valor de R\$ 1,08 bilhão.

A questão da mobilidade urbana, porém, não se limita à falta de recursos. Há graves problemas de gestão também, especialmente nas regiões metropolitanas. O presidente da Trensurb, Humberto Kasper, explica que a Constituição de 1988 definiu a competência pelo transporte público para os municípios. Com isso, cada cidade da região Metropolitana organiza o transporte à sua maneira, sem integração com os demais municípios e a capital, o que tornaria o sistema mais rápido e eficiente.

Há várias linhas que se sobrepõem e um ônibus quase vazio que venha para a capital não pode pegar passageiros de outra cidade no caminho. Faltam poderes à Metroplan para coordenar esse planejamento. “Precisamos de uma autoridade metropolitana de transporte coletivo, que pense num plano diretor de todas as modalidades de transporte para a região”, aponta o deputado estadual Nelsinho Metalúrgico (PT), que coordenou a Frente Parlamentar pelo Barateamento do Preço das Passagens e debateu o tema em audiências públicas.

Motoristas de ônibus sob pressão

Todos têm suas razões para reclamar do trânsito, mas ninguém sofre tanta pressão, no caos diário de barulho, fumaça e tranqueira, como os motoristas de ônibus. “A gente percebe que o transporte público não é prioridade quando um motorista particular, sozinho no seu carro, não abre o lado para um ônibus que carrega 45 pessoas”, desabafa Carlos Eduardo Queque-

to, 40 anos, profissional do volante há 22 anos.

Ele é um dos motoristas da linha B9, que termina nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho, na capital, onde faz o intervalo de descanso com colegas. É pressão demais, dizem, citando os xingamentos dos condutores de automóveis, as reclamações dos passageiros, que exigem pontualidade, mais

as cobranças dos patrões e da EPTC, a empresa de transporte público da capital.

Aumentou muito o número de veículos, diminuindo a velocidade do tráfego, mas o tempo das voltas nas linhas continuou o mesmo: “A gente tenta fazer o horário, não atrasar para não haver reclamação, porque todo mundo tem horário pra chegar ao

trabalho, mas as condições do trânsito vêm piorando cada vez mais”, lamenta Ademir Perdiz, 45 anos e 13 na condução de coletivos.

Airton Maciel, 58 anos, com 35 anos de volante de coletivos, diretor do Sindicato dos Rodoviários, pede mais respeito da população para esses profissionais. “Falta educação e respeito da população, dos passageiros, eles entram brabos no ônibus e descarregam na gente”, reclama. Maciel afirma que é grande o número de colegas que se aposentam por doenças decorrentes do estresse, mas a entidade não dispõe dessa estatística.

Motoristas e cobradores explicam que a roleta muito perto da porta de entrada e a demora dos passageiros, principalmente mulheres, em achar o troco na bolsa, atrapalham os embarques e provocam atrasos. Sinaleiras muito demoradas, a falta de corredores de ônibus e faixas exclusivas também são queixas deles. Por fim, dizem que a jornada de 7h10, que pode chegar a 8 horas, é muito longa e reivindicam redução para 6 horas.

Foto: Igor Sperotto



Condutores de coletivos são expostos ao estresse diário

VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO 2014:

Porto Alegre: 783 mil

Rio Grande do Sul: 5,74 milhões

Brasil: 86,7 milhões

Automóveis: 47.946.665 (55,30%)

Motonetas: 3.599.581 (4,15%)

Motocicletas: 19.242.916 (22,19%)

Caminhões: 2.588.984 (2,99%)

Caminhonetes (carga): 6.245.837 (7,20%)

Ônibus: 574.125 (0,66%)

Camionetas: 2.732.871 (3,15%)

Triciclos, quadriciclos, reboques, tratores, utilitários, semirreboques, reboques, chassi plataforma ciclomoteres e outros: 3.769.559 (4,36%).

Fontes: Lastran/ Ufrgs e Denatran

Confira
complemento
multimídia desta
reportagem:



EC

Valor da parcela correspondente a 12 créditos da Graduação em Logística, mediante apresentação da carteira Sesc/Senac no ato da matrícula.

[f/senacrsoficial](https://www.facebook.com/senacrsoficial)
[@senacrs](https://twitter.com/senacrs)
[@senac_rs](https://www.instagram.com/senac_rs)

QUER CRESCER? VEM PRA CÁ.

Vestibular **senac**

Prova: 21/6

CENTRO

Cursos Superiores

- Bacharelado em Administração
- **Bacharelado em Ciências Contábeis** NOVO
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Comércio Exterior

- Design de Moda
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Hotelaria
- Logística
- Marketing
- Produção Multimídia
- Redes de Computadores

20%

de desconto para
comerciários

Inscrições: senacrs.com.br/vestibular

Mensalidades
a partir de R\$ 275,86*

Faculdade Senac Porto Alegre
 Rua Coronel Genuino, 130 e 358
 Fone: (51) 3022.1044

ENSINO PRIVADO

NEGOCIAÇÃO SALARIAL

Assembleia delibera sobre reivindicações

Propostas para as Convenções Coletivas serão avaliadas pelos professores no dia 16 de maio



Fotos: Ascom Sinpro/RS

Negociações nas câmaras setoriais da educação básica (E) e da educação superior (D) tiveram avanços, mas contrapropostas ainda estão aquém das reivindicações

As propostas para as Convenções Coletivas 2015, que estão sendo negociadas entre Sinpro/RS e Sinepe/RS desde março, serão avaliadas pelos professores do ensino privado em assembleia no dia 16 de maio, na sede do Sindicato, em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 919). Como em anos anteriores, a negociação está ocorrendo em duas câmaras: educação básica e superior. Até o fechamento desta edição, foram realizadas sete rodadas, com previsão de uma nova para a primeira semana de maio. O Sindicato patronal anunciou sua assembleia para dia 12 de maio.

BÁSICA – A negociação na Câmara de educação básica está sendo marcada pelo aprofundamento da discussão sobre questões importantes para

a categoria como limitação de alunos por turma e aproximação dos valores hora-aula entre a educação infantil e o ensino fundamental e no próprio ensino fundamental entre os anos iniciais e finais. “Pela primeira vez, o Sindicato patronal aceitou discutir efetivamente esses assuntos. Isso demonstra que está ocorrendo uma identificação dos reais problemas da escola”, afirma Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Na questão do reajuste salarial, até a última rodada estava garantida a reposição pelo INPC do período, 7,68%, com a insistência do Sinpro/RS por aumento real.

SUPERIOR – Na Câmara de educação superior também foram sete reuniões e até o fechamento da edição o principal saldo foi a consolidação do

reajuste, tendo os representantes patronais evoluído para reposição do INPC (7,68%) retroativa a março, mês da data-base da categoria. Durante as tratativas, predominou a discussão de questões não salariais como o calendário de recesso e férias, a limitação de alunos por turma e a remuneração de atividades docentes específicas.

“Inegavelmente houve uma maior disposição ao diálogo por parte dos representantes patronais nesse processo, mas as questões contempladas estão muito aquém das necessidades dos professores”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Em ambas as câmaras, houve consenso na antecipação do feriado do *Dia do Professor* deste ano para 13 de outubro.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Criada Frente Parlamentar em defesa da Uergs



Fotos: Ascom Sinpro/RS

Audiência teve representação do Sinpro/RS, da CEEed/RS e de servidores

Foi criada no dia 6 de abril, em Porto Alegre, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Uergs, em audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia na Assembleia Legislativa do RS. A audiência lotou o Plenarinho da casa com representação de professores, alunos e funcionários de todo o estado, deputados estaduais e federais, do Sinpro/RS, Aduergs, Assuergs e CEEed/RS, entre outros. Mais de 20 deputados assinaram moção de apoio à criação

da Frente Parlamentar, que terá como principais objetivos acompanhar os recursos orçamentários da Uergs e lutar pela autonomia financeira e administrativa da instituição.

Na audiência, foram ouvidas as demandas de professores, alunos e funcionários da Universidade, com foco para o fortalecimento da instituição e maior autonomia. Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS, falou da importância de não abrir mão da Uergs. “Acompanhamos há anos a resistência dos professores na manutenção da Uergs, que deve ser uma política de Estado, com professores reconhecidos e bem-remunerados, para oferecer uma educação de qualidade”. A reitora Arisa Araújo da Luz anunciou a liberação, por parte do governo, da contratação de 15 novos servidores para a instituição e destacou que é importante cumprir na íntegra o orçamento da Universidade. A audiência definiu que cada unidade da Uergs in-

dicará um representante para integrar os trabalhos da Frente Parlamentar.

EXCELÊNCIA – A Reitoria da Uergs apresentou números que comprovam o crescimento da Universidade nos últimos anos e a qualidade dos cursos oferecidos. No último vestibular, foram mais de 33 mil inscritos para as 1,5 mil vagas, sendo que 98% delas foram preenchidas. Atualmente, a instituição conta com 262 professores, 196 funcionários e mais de 4 mil estudantes nas 24 unidades do estado. As excelentes notas em *rankings* do MEC também demonstram a qualidade da Uergs, que sempre atinge nota 4 no Enade (de 1 a 5) e na última pesquisa do Inep figurou entre as 20 melhores do país.

Os professores da Uergs aprovaram a contraproposta para Acordo Coletivo 2015 com o governo, em assembleia no dia 6 de abril. O documento prevê reajuste de 7,68% retroativo a março, renovação das cláusulas sociais, participação no Plano de Previdência Complementar, pagamento das promoções atrasadas e reenquadramento e manutenção do orçamento da Uergs aprovado, sem cortes.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Inicia processo de negociação salarial 2015

Começa neste mês de maio o processo de Negociação Salarial 2015 dos professores que atuam em escolas privadas exclusivamente de educação infantil em todo o estado. Na primeira quinzena, o Sinpro/RS realiza 14 assembleias de professores, de 4 a 9 de maio, para definir as prioridades da campanha. “Estas assembleias são o momento em que os professores participam ativamente do processo de negociação e podem trazer suas demandas para integrar a pauta”, afirma Celso Stefanoski, diretor do Sinpro/RS.

Uma pré-pauta já elaborada pelo Sindicato reivindica 10% de reajuste salarial para os valores hora-aula acima dos citados na tabela abaixo. Este percentual representa a reposição do INPC + aumento real de salário. Constatam ainda na pauta o adicional de 3% sobre o aprimoramento acadêmico;

redução de quatro para três anos para a obtenção do adicional por tempo de serviço; reembolso de 50% no valor pago na mensalidade para os dependentes matriculados em outro estabelecimento de ensino; inclusão de 15 minutos de intervalo destinados ao descanso e à alimentação na carga horária do professor; realização das reuniões pedagógicas previstas no período compreendido entre segunda a sexta-feira; pagamento de todas as horas de acantonamento noturno; comemoração do dia do professor no dia 13 de outubro de 2015, entre outras.

“O Sinpro/RS vem intensificando a campanha de negociação da educação infantil, em 2015, além do reajuste, o destaque vai para as cláusulas sociais que regem o contrato do professor e garantem melhores condições de trabalho para todos”, ressalta Stefanoski.

Percentual de reajuste do piso

Os pisos que estão em processo de equiparação estabelecidos na Convenção Coletiva de 2014 já têm o percentual de reajuste definido, conforme segue:

Porto Alegre

Data-base 2015 – Reajuste em 1º/05/2015

Hora-aula de R\$ 7,83 + INPC do período

Hora-aula de R\$ 7,09 + INPC do período + R\$ 0,35

Demais municípios do RS

Data-base 2015 – Reajuste em 1º/05/2015

Hora-aula de R\$ 6,88 + INPC do período

Hora-aula de R\$ 5,82 + INPC do período + R\$ 0,50

MERCANTILIZAÇÃO

Fundo de investimentos ex-Kroton compra Faculdade da Serra Gaúcha

No dia 24 de março, o fundo de investimento privado Advent International, que co-controlou a Kroton entre 2009 e 2013, adquiriu a Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). No seu material de divulgação, o fundo de investimentos refere-se à FSG como sendo a segunda maior empresa de educação de Caxias do Sul, ofertando cursos de graduação e pós-graduação para mais de 10 mil alunos, com atuação em Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Ijuí. A transação está sujeita à aprovação de órgãos reguladores e outras condições de fechamento. A conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2015 e o valor da compra não foi divulgado.

Pouco mais de duas semanas depois de fechado o negócio, a FSG recebeu aprovação da Comissão do Ministério da Educação (MEC) para ser transformada em Centro Universitário. Os avaliadores estiveram na instituição entre 7 e 11 de abril e analisaram mais de 120 itens em cinco eixos: Infraestrutura Física, Desenvolvimento Institucional, Políticas de Gestão, Políticas Acadêmicas e Planejamento Institucional. O relatório será enviado pela Comissão Avaliadora ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A FSG aguarda para os próximos meses a publicação no Diário Oficial da União da autorização para transformação em Centro Uni-

versitário da Serra Gaúcha, processo iniciado em 2013.

Desde sua criação, em 1984, a Advent já fez mais de 300 transações em 40 países. Atualmente, gerencia mais de US\$ 33 bilhões em ativos. Possui escritórios em quatro continentes: América do Norte, Europa, América Latina e Ásia. O foco dos investimentos se concentra em cinco setores: serviços e serviços financeiros; saúde; indústria; varejo, consumo e lazer; e tecnologia, mídia e telecomunicações. Retorna ao mercado da educação, de que esteve afastado desde 2013, quando deixou a Kroton.

APOSENTADORIA

Reflexos trabalhistas no direito previdenciário

Diego Kretschmer Souza*



Inúmeras são as circunstâncias que envolvem os ramos do Direito. Não são diferentes as circunstâncias envolvendo o direito do trabalho e o direito previdenciário. No caso do direito previdenciário, são profundos os reflexos trabalhistas na vida do empregado, eis que é a sua remuneração a servir de base para a sua futura aposentadoria.

São inúmeras as demandas trabalhistas que envolvem os mais diversos temas relacionados à remuneração dos trabalhadores. Tais questões podem ser tratadas de forma individual ou coletivamente. No caso coletivo, o Sindicato atua como substituto do trabalhador.

Por exemplo: se tomarmos uma demanda coletiva em relação ao não pagamento de horas extras, caso seja exitosa, terá reflexos ao universo de substituídos e, por conseguinte, deverão os salários corresponder à nova situação jurídica e à devida alteração procedida nos assentos e registros da Previdência Social.

Ocorre que, no dia a dia, tem-se constatado a inércia do empregador em alterar as respectivas informações, pois tais valores deveriam ser incluídos na Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social

(GFIP) e repassados ao sistema previdenciário, ou seja, aditando-se os novos valores de salários ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

É certo que o efeito monetário imediato, em relação ao direito do trabalho, será o pagamento das diferenças dessas horas extras e o efeito monetário futuro se dará quando da aposentadoria.

Entretanto, o que vemos é que este *efeito monetário futuro* pode, pela omissão do empregador, em não haver alterado os valores salariais decorrentes do êxito trabalhista, não ser realizado.

Nesse sentido, para que esse reflexo trabalhista – ou o *êxito monetário* – se efetive no âmbito previdenciário, deverá o trabalhador fiscalizar a efetiva adição desses valores, caso contrário, a renda da futura aposentadoria será gerada com base nos salários originários, sem os acréscimos do reconhecimento trabalhista, tendo como consequência uma aposentadoria menor que a devida.

Cabe ressaltar que, tanto em relação às questões trabalhistas quanto de aposentadoria, o trabalhador deve permanecer atento aos seus direitos.

*Advogado da Apaepers, Portanova & Advogados Associados

ENSINO PRIVADO

EDUCAÇÃO INFANTIL

Descumprimento de direitos dos professores terceirizados na Ufrgs

No dia 9 de abril, um dia depois da aprovação do texto-base do PL 4.330 (Lei da Terceirização) na Câmara, ocorreu um protesto de trabalhadores terceirizados, em Porto Alegre. Com os salários atrasados, os funcionários da empresa Multiágil, prestadora de serviços terceirizados da Ufrgs, nas áreas de limpeza, manutenção e creches, paralisaram atividades e bloquearam uma das vias da Avenida Bento Gonçalves, no trecho que dá acesso ao Campus do Vale. A empresa terceiriza 700 trabalhadores para a Universidade, entre eles, 40 são professores da educação infantil. Os docentes atuam nas escolas de educação infantil, onde atendem os filhos dos servidores da Ufrgs: a Creche Francesca Zaccaro Faraco (no Campus Centro) e Brinquedoteca (no Campus do Vale). “A Multiágil não reconhece ou diferencia as especificidades da atividade, apenas faz a intermediação no fornecimento de trabalhadores”, explica Margot Andras, diretora do Sinpro/RS. Neste ano já ocorreram duas paralisações dos professores pelo mesmo motivo: falta de pagamentos de salários.

DESCONTO – Em fevereiro, na primeira paralisação, os professores aceitaram retornar ao trabalho a partir da normalização dos salários e, diferente do que foi acordado, tiveram o dia de paralisação descontado

em folha. A inadimplência salarial, no entanto, não é o único problema. Os professores também sofrem com o descumprimento de vários direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), incluindo o não pagamento do aprimoramento acadêmico, dos quadriênios e não fornecimento de contracheque.

JUSTIÇA – A Multiágil já foi notificada várias vezes pelo Sinpro/RS e também é alvo de ações trabalhistas que abrangem desde a falta de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) até o não pagamento de 1/3 de férias, quadriênios, 13º salário, recolhimento de FGTS, desrespeito aos pisos salariais e índices de reajuste. Procurada pelo Sindicato, em fevereiro, a Gerência de Serviços Terceirizados da Ufrgs se recusou a receber um dossiê sobre as irregularidades existentes nas relações contratuais entre a prestadora de serviços e seus trabalhadores. A alegação da Gerência é que a empresa é contratada via edital pela Universidade e seria a única responsável por todas as irregularidades, não cabendo à Ufrgs intervir. “O histórico das relações entre o Sinpro/RS e a Multiágil sempre foi muito difícil, pois evitam até mesmo atender nossos telefonemas. Não havendo a possibilidade de diálogo, resta ao Sindicato a via judicial e a organização dos professores”, conclui Margot.

NOTAS

INTRANSIGÊNCIA – A direção da Escola Santo Antônio, em Eldorado do Sul, impediu o acesso da diretora do Sinpro/RS, Cecília Farias, às dependências da instituição de ensino no dia 9 de abril. A visita de rotina tinha por objetivo comunicar aos professores sobre o andamento da Negociação Salarial 2015 com o Sindicato das escolas (Sinepe/RS) e divulgar as atividades e serviços que o Sinpro/RS oferece aos professores associados. “O Sindicato lamenta essa posição intransigente que ataca o direito dos docentes de livre organização e é incompatível com o ambiente democrático”, ressaltou a dirigente do Sinpro/RS.

PAINEL – No dia 30 de abril, véspera das manifestações do *Dia do Trabalhador* contra a Lei da Terceirização, foi realizado painel sobre as repercussões do PL 4.330 nos contratos de trabalho. O debate ocorreu na Sala de Eventos do Sindicato, em Porto Alegre e foi organizado pela CUT/RS, CTB, Anamatra, Amatra IV, Abrat, Agetra e Sinpro/RS. Intitulado *PL 4.330/2004 – Repercussões no Contrato de Trabalho*, teve como painelistas: Rodrigo Trindade de Souza, juiz do Trabalho, vice-presidente da Amatra IV; Antônio Escosteguy Castro, coordenador do coletivo jurídico da CUT/RS e diretor da Agetra; Pedro Pita Machado, assessor jurídico da CTB.

SINPRO/RS VANTAGEM

sinprovantagem@sinprors.org.br

Mensalmente, o Sinpro/RS firma convênios com empresas para garantir descontos e/ou pagamentos especiais aos professores associados. Confira a relação de todos os produtos e serviços no Guia de Convênios, no site do Sindicato (www.sinprors.org.br/convenios). Para garantir os benefícios é necessário apresentar o Cartão Sinpro/RS Vantagem. Faça sua sugestão de empresas e serviços pelo e-mail sinprovantagem@sinprors.org.br

ESTADUAL

MÓVEIS CENCI. 5% de desconto em todas as lojas do RS.
54. 3458.1313 – www.moveiscenci.com.br.

CRUZ ALTA

Chef Bacco Restaurante. 20% de desconto. Venâncio Aires, 1551.
55. 3322.4093.

ERECHIM

Movie Arte Cinemas. Na sessão normal 2D: 50% de desconto direto na bilheteria do cinema. Ponto de venda: Movie Arte Cinemas. Av. Sete de Setembro, 1.200 – 54. 3321.8466.

FARROUPILHA

Farina Park Hotel. 55% de desconto na baixa temporada e 40% na alta temporada (julho) sobre a tarifa balcão, diárias incluem café da manhã. Exceto feriados e período de grandes feiras e eventos, como *Fimma*, *Movelsul*, *Casa Brasil*, *Mercopar*. RSC 453 KM 106 – 54. 3458.7033.
www.farinaparkhotel.com.br.

OSÓRIO

K e Z Calçados. 15% de desconto em dinheiro ou débito e 5% parcelado. Marechal Floriano, 1083 – 51. 3663.581.

PELOTAS

Joalheria e Ótica Lisboa. 20% de desconto à vista e 10% a prazo. Quinze de Novembro, 611 – 53. 3305.2761.

PORTO ALEGRE

Rede GNC Cinemas. Ingressos válidos para Porto Alegre nos shoppings Iguatemi, Praia de Belas, Moinhos e Lindoia. Caxias do Sul, no Shopping Iguatemi. Rede GNC em Santa Catarina, exceto na sala VIP em Blumenau. Ingressos sessão normal 2D: R\$ 14,50. Sessão 3D: R\$ 20,50. Venda de ingressos exclusivamente na sede estadual do Sinpro/RS (Av. João Pessoa, 919), Casa do Professor (Rua Lopo Gonçalves, 29) – 51. 4009.2988; sede do Sinpro/RS na Zona Norte (Av. Assis Brasil, 3532/506) e Lindoia Center – 51. 3208-2904.

Serdil Radiologia. Diagnóstico por imagem. 15% de desconto na tabela particular, exceto exames de Mamotomia (guiado por US, estereotaxia e ressonância). São Luiz, 96 – 51. 3218.1200 – www.serdil.com.br.

Vilaró Parrilla Lounge Restaurante. 15% de desconto no almoço e no jantar. Bebidas não incluídas. Rua Fernando Gomes, 140 – 51. 3395.5244.
www.vilaro.com.br.

RIO GRANDE

Cinesystem. Rio Grande Shopping. Ingresso sessão normal 2D: R\$ 10,50 e sessão 3D: R\$ 13,50. Rua Saturnino De Britto, 399 A – www.cinesystem.com.br. Ponto de venda: Sinpro/RS Regional Rio Grande – General Bacelar, 378/804 – Centro – 53. 3232.9458 – riogrande@sinprors.org.br – 2ª a 6ª, das 14h às 18h. Obs.: o pagamento é feito em dinheiro ou cheque à vista.

INTERNET

Publicação do Sinpro/RS tem recorde de compartilhamento

Postagem do Sinpro/RS alcançou, em abril, mais de 155 mil pessoas em apenas uma inserção no Facebook. A publicação foi ao ar no dia 15 de abril na página do Sindicato na rede social e trazia a foto dos deputados federais gaúchos que votaram a favor do Projeto de Lei nº 4.330/2004, em sua primeira votação. O PL libera a terceirização para todas as atividades de trabalho.

Até o fechamento desta edição, a imagem obteve 2,3 mil compartilhamentos, segundo dados da própria rede. Foi a primeira vez que o Sindicato atingiu a marca de 100 mil no alcance orgânico, ou seja, aquele que surge espontaneamente do público, sem ser potencializado pelo sistema pago de divulgação oferecido pelo Facebook.

A publicação integra campanha do Sinpro/RS contra o PL 4.330/04. Realizada em parceria com centrais sindicais e diversas entidades ligadas aos trabalhadores, a campanha alerta para o perigo da aprovação desse PL, votado nas últimas semanas de abril na Câmara dos Deputados e, posteriormente, encaminhado ao Senado.

“Esse número evidencia o interesse dos professores e da sociedade em geral no tema da terceirização, uma das mais graves agressões aos direitos dos trabalhadores nos últimos 50 anos”, explica Marcos Fuhr, diretor de Comunicação do Sinpro/RS. A mobilização inclui ações já tradicionais, como caminhadas e atos públicos em diferentes locais do estado e do país, e também no ambiente digital. “O Sinpro/RS está amplamente empenhado em informar os professores sobre as repercussões do PL 4.330 no contrato de trabalho e em impedir sua aprovação”, enfatiza Fuhr.

CONTEÚDO ON-LINE – O Sindicato tem investido na comunicação de conteúdo na internet pela agilidade e sua abrangência. Somente em 2014, o site do Sinpro/RS registrou mais de 900 mil páginas visualizadas. Criado em 1997, o espaço garante o acesso rápido às informações por nível de ensino e serviços do Sindicato, além das lutas de interesse social e específicas da categoria.

A presença do Sinpro/RS nas redes sociais é mais recente. Criadas em março de 2012, as páginas do Fa-

cebook (www.facebook.com/sinprors) e Twitter (www.twitter.com/sinprors) têm publicações diárias e garantiram ao Sindicato maior interação com os professores. Segundo dados fornecidos pelas redes sociais, a média de pessoas alcançadas diariamente nesses ambientes, passa de 6 mil. “O Sinpro/RS tem se destacado nas coberturas pelas redes sociais, não apenas das ações do Sindicato, mas em todas as que envolvem temas de interesse social e político”, avalia Valéria Ochôa, coordenadora de Comunicação do Sinpro/RS.

JORNAL EXTRA CLASSE – Em 2014, o Sindicato criou um espaço exclusivo para o jornal *Extra Classe* para viabilizar o acesso da íntegra de todas as edições, uma vez que a tiragem mensal do jornal impresso é de 23 mil exemplares, bem como para a produção de conteúdo exclusivo para a web, mantendo o projeto editorial do jornal. Em apenas um ano, o *Jornal Extra Classe* Exclusivo Web recebeu o segundo lugar no *Prêmio Agricultura Familiar de Jornalismo*, promovido pela FAO/Nações Unidas, com a reportagem *Cresce 20% ao ano a produção de arroz sem agrotóxicos*.

JORNALISMO

Arroz sem agrotóxicos é tema de matéria premiada pela FAO

Foto: Valéria Ochôa/Comunicação Sinpro/RS



Clarinha Glock conquistou a primeira premiação do EC on-line

O *Extrasse.org.br* foi contemplado com o segundo lugar na categoria mídia digital do *Prêmio Agricultura Familiar de Jornalismo Região Sul do Brasil*, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A solenidade de entrega dos prêmios ocorreu no dia 17 de abril no auditório do Mercado Municipal de Curitiba, no Paraná.

A reportagem premiada, *Cresce 20% ao ano a produção de arroz sem agrotóxicos*, da jornalista Clarinha Glock, foi veiculada em março de 2014. Foi a primeira matéria produzida de forma exclusiva para o *Extra Classe* na internet, implementado no começo do ano passado, por ocasião dos 18 anos do *Jornal Extra Classe*, quando o periódico passou a ter endereço próprio na web. “A premiação dá continuidade a uma trajetória de prêmios conquistados pelo *Extra Classe*, agora também em sua versão para web. E, justamen-

te contemplando a primeira matéria a ser produzida para esse formato”, destaca Marcos Fuhr, diretor de Comunicação do Sinpro/RS.

A matéria aborda o aumento da produção de arroz orgânico em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul e o impacto dessa cultura para além das 501 famílias de pequenos agricultores envolvidas no cultivo, já que a população passa ter mais acesso a produtos sem agrotóxicos.

Conforme os organizadores do prêmio, foram 189 trabalhos inscritos em três categorias: mídia digital, mídia eletrônica e mídia impressa. Os nove premiados são jornalistas diplomados que desenvolvem atividades nos três estados da região Sul e apresentaram matérias que retratam a realidade da agricultura familiar e contribuíram para a discussão sobre o tema junto à sociedade ao longo do ano passado.

REVISTA TEXTUAL

21ª edição circula em maio

A próxima edição da *Revista Textual*, de número 21, circulará em maio deste ano com quatro artigos e dois ensaios distribuídos em três editorias: *Dinâmica do meio educacional*, *O professor e o mundo da escola* e *Ensaio*.

Na editoria *Dinâmica do meio educacional*, o professor Rodrigo Perla, doutor em História e Mestre em Ciências Políticas, faz um balanço crítico sobre as políticas públicas de inclusão na educação superior dos benefícios ao ensino privado, traçando um histórico que remonta a década de 1960. Na mesma editoria, o professor Paulo Barone, integrante do

Conselho Nacional de Educação (CNE) discorre sobre os desafios da “pátria educadora”.

No segmento *O professor e o mundo da escola*, o professor Sani Cardon, da diretor do Sinpro/RS, aborda a questão da autonomia do professor em meio aos interesses comerciais das instituições empregadoras. Outro artigo, assinado pelo professor Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, faz uma crítica aos calendários institucionais letivos e alerta para os prejuízos causados aos professores pela falta de consonância entre os mesmos.

Já os dois ensaios deste número tratam de

questões que transcendem às questões ligadas diretamente aos professores e ao universo educacional. O economista Marcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, aprofunda o debate sobre a problemática do sindicalismo diante das mudanças impostas pelos modelos produtivos capitalistas, principalmente o avanço da terceirização como forma de contratação, criando empresas sem empregados. O economista Antonio Carlos Fraquelli, escreve sobre a questão tributária no Brasil e os desafios do país nessa área.

MOVIMENTO



Foto: Igor Sposito

Cada vez mais

esquecidos

Risco de fechamento de escola especial expõe preconceito, intolerância e violência contra quem vive nas ruas – população que já é superior a 50 mil pessoas no país

► Por Clarinha Glock

extraclasse@sinprors.org.br

Em 2014, o plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre ficou lotado com professores, estudantes e apoiadores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) que participaram de audiências públicas sobre a decisão da Prefeitura de transferir os 107 matriculados na EPA para o Centro Municipal de Educação do Trabalhador Paulo Freire.

Para os defensores da EPA, o fechamento da escola representa a negação de décadas de investimentos em tolerância, diálogo e dignidade, pois a instituição tem um histórico de mais de 20 anos atendendo crianças e jovens em situação de rua na capital gaúcha com uma metodologia baseada

na inclusão que é referência no país. A justificativa apresentada pelo Executivo, de que a transferência liberaria espaço para a educação infantil no Centro, foi refutada por vereadores, professores e estudantes, que indicaram outros espaços e soluções. Em fevereiro, a 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central determinou a proibição de fechamento da EPA, acolhendo uma ação ajuizada pelas Defensorias Públicas do Estado e da União. A Procuradoria Geral do Município divulgou uma nota anunciando que iria recorrer da decisão.

Para a defensora pública Alessandra Quines Cruz, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado, que atuou no caso

da EPA, o fechamento seria mais uma violência contra uma população extremamente vulnerável, que sofre com o preconceito e a intolerância por estar em situação de rua. “Em outras escolas, provavelmente o que ocorreria seria a evasão”, constata.

CENSO – Em Porto Alegre, o mais recente censo coordenado em 2011 pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) apontou 1.347 adultos em situação de rua. Uma pesquisa realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com a Unesco identificou 31.922 adultos em situação de rua em 71 municípios pesquisados

em todo o Brasil. O levantamento foi realizado em cidades com mais de 300 mil habitantes em todas as capitais, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que haviam feito pesquisas semelhantes em anos recentes, e Porto Alegre, onde a pesquisa estava em andamento. A estimativa total, incluindo todos os levantamentos, era de 50 mil pessoas em situação de rua. Há promessa de um novo censo na capital gaúcha para este ano, aprimorando a metodologia de contagem e a expectativa de que a população de rua

passa a ser inserida também no censo nacional do IBGE de 2020.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, em vigor desde 2009, e vinculada à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, pela primeira vez reconheceu essa população como a mais vulnerável entre os vulneráveis. A partir dela, foi criado um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento, que prevê a participação da sociedade civil

organizada. Até março de 2015, somente 11 unidades da Federação tinham assinado o termo de adesão, assim como alguns municípios, caso de Porto Alegre, que só aderiu em 2014. A Política propõe, entre outras ações, o incentivo à autonomia através da economia solidária e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para a população de rua e transfere ações da Assistência Social para a alçada dos Direitos Humanos.

O primeiro passo é vencer o preconceito

“O preconceito faz com que as pessoas em situação de rua sejam criminalizadas muitas vezes apenas por estarem nas ruas”, avalia Carlos Ricardo, coordenador da Coordenação Geral dos Direitos da População em Situação de Rua e do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da SDH. “Quem não ouviu falar no ‘homem do saco’, aquele que ‘pega criancinhas’ – uma forma de os pais ameaçarem suas crianças para que lhes obedçam? Desde cedo elas aprendem que quem está malvestido, e carrega um saco pela rua pode ser perigoso. O saco é o local onde os moradores de rua guardam seus pertences ou o material para reciclar”, lembra.

O preconceito aparece também quando a própria sociedade pede e governos autorizam a polícia a retirar da vista, se preciso, à força, sob o pretexto de que “estão sujando as ruas”. “A preocupação é com a rua, não com a pessoa”, analisa a psicóloga Angela Maria Pagot, autora do livro *O Louco, a Rua e a Comunidade* (Fiocruz, 2012). Angela, que trabalha na área de saúde mental, lembra que uma pessoa que vai para a rua está num momento limite da vida, de rompimento de vínculos familiares que pode acontecer em função de um transtorno mental ou não. Outras causas podem ser falta de trabalho, expulsão, abandono, separação. “É importante pensar que quem está em situação de rua são moradores da cidade. Eles escolheram um lugar para ficar e essa escolha tem a ver com sua história de vida”, pondera Angela. “Quando uma comunidade diz que não quer enxergar, essa invisibilidade, às vezes, é uma defesa de não aceitar o que está ali. É como se houvesse duas cidades paralelas que não se comunicam. É isso que temos que romper”, aponta a psicóloga.

O pesquisador e professor do Departamento de Sociologia da Ufrgs, Ivaldo Gehlen, explica que a população em situação de rua é muito complexa. “É uma síntese da nossa cidade”, constata. Gehlen participou das pesquisas populacionais de 2008 e 2011. Antes de começar o levantamento, foi preciso que a equipe entrasse em acordo sobre quem são os moradores ou as pessoas em situação de rua. “Há 12 anos, se ouvia dizer que atender essa população era jogar dinheiro fora. Já se criou uma mentalidade de que eles têm direitos também. Temos de chegar agora à ideia de que têm os mesmos direitos que nós”, conclui Gehlen.

Violência estrutural é rotina nas cidades



Paulo Ricardo da Silva (E), do *Boca de Rua*

Diferente dos sem-teto, que possuem uma organização própria e política, as pessoas em situação de rua timidamente avançam com suas reivindicações. “Tem que chegar às 5h para conseguir entrar, porque são apenas 30 vagas. E só abre às 9h. Tá errado. O banho é gelado, e quem está doente não pode tomar assim”, protesta Paulo Ricardo da Silva, 49 anos, desde os nove familiarizado com a vida nas ruas. Integrante da equipe do jornal *Boca de Rua*, que é produzido e vendido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre, ele se preparava para entrar no Centro POP 1 e participar da assembleia com monitores e usuários da casa de convivência para fazer esta e outras reivindicações.

ENFRENTAMENTO – Em Porto Alegre, o Restaurante Popular que atendia essa população está desativado há dois anos. Mudou de gestão, do governo estadual para o municipal e o adiamento da reabertura é alvo de reclamações, bem como do Centro de abrigagem e convivência Ilê Mulher. O presidente da Fasc, Marcelo Soares, lembra que o Ilê Mulher foi fechado para reformas, mas enfrenta problemas judiciais que atrasam a obra. Ele cita um orçamento total de R\$ 196 milhões para atender crianças e adultos e reclama da pouca contrapartida dos governos federal e estadual. Desde 2011, quando Porto Alegre passou a adotar o Plano de Enfrentamento à Situação de Rua, há um empenho em ampliar melhorias como a Casa Lar para Idosos em Situação de Rua inaugurada em abril de 2015 com 24 vagas.

“O novo espaço é bem-vindo, mas não é suficiente para atender a demanda”, alerta a promotora Liliane Pastoriz, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. O Ministério Público atua para punir os casos de violência policial, bem como em ações que reivindicam o aumento de vagas nos abrigos e albergues. “Tivemos uma ação civil pública ajuizada em 2007 pela promotora Angela Rotunno, pedindo Casas Lares para Idosos e aumento

de vagas nos abrigos. A ação foi julgada procedente em 1º grau, em 2013, mas o município recorreu e perdemos por unanimidade no Tribunal de Justiça. O TJ disse que quem escolhe o que fazer com seu orçamento é o prefeito”, explica Liliane.

“Não posso dizer que não houve avanços em relação à década de 1990 para a população em situação de rua. Porém, ainda falta muito a ser feito. Não conseguiremos em uma década apagar centenas de anos de descaso e falta de políticas públicas”, reflete Maria Lucia Santos Pereira, membro da Coordenação Nacional do Movimento Nacional da População de Rua da Bahia. “Entre as dificuldades que percebo estão a omissão de governantes e a dificuldade de uma intersetorialidade entre as políticas públicas, o preconceito e a falta de verbas”.

As políticas públicas de saúde, habitação e medidas protetivas deixam muito a desejar, acrescenta Alderon Pereira da Costa, ouvidor-geral da Defensoria Pública de São Paulo. Ele cita um exemplo: no bairro Vila Leopoldina, na zona oeste, moradores contrataram seguranças particulares, em março deste ano, para manter afastados os moradores de rua. “Essa situação emblemática acontece na cidade inteira”, afirma. A operação *De Braços Abertos*, que buscou retirar os usuários de *crack* das ruas, garantindo vagas em hotéis, atendimento de saúde e trabalho, iniciada em 2013, foi um avanço, mas estagnou, observa. “É preciso melhorar o esquema do aluguel social e acompanhar caso a caso. Além disso, o sistema carcerário continua a ser um grande fornecedor de moradores de rua”, adverte.

“Não vamos acabar com a população em situação de rua. Então precisamos construir espaços de dignidade para quem quer viver na rua, como banheiros públicos, por exemplo, e estabelecer políticas de apoio para evitar que quem está com dificuldades vá para a rua”, reflete Costa.



Alessandra Cruz, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos

MOVIMENTO

Agressões são queixa recorrente

No caso da violência policial, a grande dificuldade é obter provas das agressões. “Com razão, as pessoas em situação de rua temem fazer denúncias, o que torna difícil a comprovação”, afirma Liliane Dreyer da Silva Pastoriz, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. Diante da insegurança da vítima, as instituições acabam não movendo os procedimentos administrativos necessários para punir os agressores. Uma alternativa em discussão seria colocar no formulário de

preenchimento das ocorrências policiais um campo específico para determinar que se trata de uma pessoa em situação de rua. A promotora participou do grupo formado durante a *Copa do Mundo* de 2014 para prevenir violência e higienização dos moradores de rua de Porto Alegre.

No mesmo grupo estava a defensora pública Alessandra Quines Cruz, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado. Alessandra tem sido convidada para dar palestras em

universidades sobre a importância de reforçar o respeito aos direitos humanos. Em sua luta para garantir esses direitos entre populações vulneráveis que incluem também quilombolas e indígenas, ela é incansável. Outro dia, diante da ameaça de que alguns moradores de rua poderiam ter seus objetos pessoais confiscados pela polícia, ficou de plantão à noite, disposta a ir ao local se fosse necessário. Armados apenas com celulares, os moradores de rua têm um canal direto com Alessandra para avisar quando estão em risco.

Sonhos e habilidades por trás das estatísticas



Foto: Igor Spedotto

A EPA firmou-se como referência justamente porque trabalha integralmente o indivíduo, abordando condições de vida, mudanças, planos para o futuro, com espaço para os cuidados pessoais de higiene, encaminhamento para confecção de documen-

"O catador de latinhas é um socioambientalista", diz Oliveira

tos de identidade, refeições e convivência, explica o professor e coordenador pedagógico Renato Farias dos Santos, presidente do Conselho Escolar. Se alguém falta um mês, os professores se mobilizam para ir atrás, saber o que aconteceu. “Quem vem

para a escola, busca uma perspectiva de sair da rua, conseguir emprego ou reduzir o uso de drogas”. Para as mulheres, a escola atua também como espaço de proteção contra a violência das ruas.

Foi na EPA que Jorge Erivelto da Silva de Oliveira, 30 anos, descobriu sua agilidade com as palavras. “Aqui, melhorei o português”, anuncia, orgulhoso. Os professores confirmam: está escrevendo cada vez melhor. A palavra descoberta adquire na boca de Oliveira um gosto amargo quando é tachado de “mendigo” e “vagabundo”. O preconceito o atinge em cheio quando sabem que vive pelas ruas há 13 anos. “Fica difícil conseguir emprego”, admite. Trabalha eventualmente como catador de latinhas e deixa claro que tem consciência da importância dessa atividade. “O catador de rua é um socioambientalista. Cada lata recolhida é menos uma que vai pro esgoto, menos uma garrafa de plástico pra se decompor”, explica. Ele frequenta o Centro POP, o Consultório de Rua, tem o cartão nacional da campanha contra tuberculose, foi funcionário do Restaurante Popular que agora está fechado, integra

o Movimento de População Adulta de Rua e, além de estudar, participa da oficina de papel reciclado e cerâmica na EPA.

Mas é com a palavra que Oliveira sai da invisibilidade. Gosta de escrever poemas e ganhou um concurso com uma poesia de sua autoria em 2009. A inspiração, diz, vem principalmente quando está no ônibus, enquanto observa a correria das outras pessoas. Ele conta que admira William Shakespeare, Carlos Drummond de Andrade, Mario Quintana. Na EPA, aprendeu inglês e espanhol e é representante dos alunos no Conselho Escolar. Na instituição, Oliveira pode ser Oliveira. Com a qualidade de ser, estar, viver e batalhar pela sobrevivência, como todo mundo.

Confira
complemento
multimídia desta
reportagem:



EC

**SUA PRIMEIRA PROFESSORA TE ENSINOU
A VIVER E A PENSAR NO FUTURO.
10 DE MAIO. DIA DAS MÃES**

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

Ligue para
(51) 4009.2933 / (51) 3224.2062

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO CEEE
PREVIDÊNCIA PRIVADA
Decisão de um futuro inteligente

PARCERIA ESTRATÉGICA
MONGERAL AEGON
Construa seu amanhã



MARCOS ROLIM*

Manifesto pelas luzes

Um dos melhores jornais do Brasil é espanhol. Chama-se *El País Brasil* e está disponível na internet. Sobre ele, já se disse que é “neocolonialista” e que não precisamos de estrangeiros para nos contar o que sucede em Pindorama. Eis um bom ponto. Sim, precisamos de um olhar estrangeiro. Não que *El País* seja excepcional. Ele é apenas mais interessante, porque comprometido com os valores generosos da civilização ocidental – destacadamente a democracia e os direitos humanos – e porque é independente frente à protopolítica que doura as disputas de poder no Brasil. Estas vantagens equivalem a janelas abertas em um quarto mofado. Não fosse isso, Eliane Brum escreve em *El País*, o que encerra a discussão.

Pois bem, li no jornal espanhol um texto de Mario Vargas Llosa, *O poder da blasfêmia*, com comentários sobre o último livro de Ayaan Hirsi Ali, ainda não traduzido para o português, *Heric: Why Islam Needs a Reformation Now*. Ayaan é extraordinária em sua capacidade intelectual e coragem. Sua autobiografia, *Infel: a história de uma mulher que desafiou o Islã* (Cia das Letras, 512 pág.) é uma obra impactante sobre o mundo muçulmano e central para se compreender os equívocos de certas abordagens “multiculturalistas”. Vargas Llosa destaca a posição de Ayaan em favor de uma mudança radical do Islamismo, aos moldes do que significou a Reforma Protestante. Para ela, há sim uma ligação importante entre o terror e a religião muçulmana, nexos que poderia ser desconstruído pela superação de cinco dogmas: 1) a crença de que o Corão expressa a imutável palavra de Deus e a infalibilidade de Maomé; 2) a prioridade que o Islã concede à vida depois da morte; 3) a convicção de que a *sharia* constitui um sistema legal que deve governar a sociedade; 4) a obrigação do muçulmano de exigir o justo e proibir o que considera errado; e 5) a ideia da *jihad* ou guerra santa.

A proposta insinua a necessidade de uma determinada racionalização em uma tradição que não experimentou movimento filosófico, político e cultural de cunho iluminista. Pensar sobre a complexidade deste projeto talvez nos ajude a situar nossas próprias necessidades. O Brasil, afinal, também é uma experiência vivida à margem da ilustração. Por outros caminhos, é

claro, mas com a mesma maldição da inexistência de uma força política comprometida com o humanismo e com a razão. Temos um poder público como regra ineficiente, burocratizado em excesso, que reproduz, interna e externamente, desigualdades e injustiças e, também, órgãos de Estado, encarregados de conter a violência e o crime, que não têm sido capazes de oferecer respostas efetivas e, mais grave, se transformaram em parte das perguntas a fazer. Por toda parte há espertinhos e corruptos, assim como a carência de vocação pública (fenômenos certamente correlacionados), tanto quanto variadas inclinações autoritárias, preconceituosas e intolerantes

disseminadas entre a população e em todo o espectro político ideológico. Para piorar, após a desmoralização da esquerda, se fortalecem no Brasil as perspectivas fundamentalistas, enquanto a extrema direita avança, pautando retrocessos históricos. Em todos eles (idade penal, controle de armas, terceirização, terras indígenas etc.) se pretende abolir conquistas civilizatórias e desconstituir tímidas políticas públicas de sentido inclusivo.

O Brasil dos proprietários incultos e intolerantes, dos preconceitos e dos latifúndios, da chibata e do “sabe com quem está falando?” se encontrou com o país do “bandido bom é bandido morto”, do tiro de fuzil em criança, da bala de borracha no olho, do pedágio para o tráfico e do senso moral dos que reivindicam uma arma na cintura e um militar no governo.

O Brasil das posturas éticas, das garantias, do contraditório e da ampla defesa, da ponderação e do bom senso, do respeito e da curiosidade, da pesquisa, da ciência e da lógica, da igualdade e da República, da inteligência, da solidariedade e da arte, da democracia e do humanismo segue acuado.

Por isso, devemos desenvolver uma disputa estratégica pela formação de uma elite culta, democrática e republicana. Carecemos de dirigentes ilustrados. Os que nos apresentaram são impostores. A revolução que nos falta, em síntese, é a do Iluminismo. Sem ela, os que vencerem reproduzirão a miséria de espírito.

*Jornalista, sociólogo e professor do IPA.

marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br



O *know-how* da advocacia previdenciária aliado a 15 anos de experiência a serviço dos professores.

CIVIL | TRABALHISTA | PREVIDENCIÁRIO

Daisson Portanova – OAB/RS 25.037
Estelita de Vaconcellos Salton – OAB/RS 69.252
Renata Oliveira Cerutti – OAB/RS 86.603

Em Passo Fundo/RS: Rua Paissandu, 1436/201 – Centro – 54 3045.7457
www.ceruttisaltton.com.br

Parceria com a Ufrgs coloca estudantes no palco

A Fundação Ecarta e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) fecharam uma parceria no início deste ano retomando a participação de estudantes do curso de Música nos shows quinzenais do projeto Ecarta Musical, realizados aos sábados na sede da Fundação em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 943), às 18h, com entrada franca. Para cada apresentação, a Universidade seleciona estudantes para fazerem a abertura, de forma a promover uma pequena mostra do aprendizado e trabalho desses estudantes.

Um projeto-piloto semelhante foi realizado pelo Ecarta Musical durante todo o ano de 2012, com parceria também da Ufrgs e da Fundação Municipal de Artes (Fundarte), de Montenegro. “A receptividade do público foi muito boa”, afirma Elenice Zaltron, produtora do Ecarta Musical. “É uma experiência importante para os estudantes”. Para Elenice, retomar a proposta neste ano reforça o papel da Ecarta como um espaço não só de valorização da produção musical, mas também de divulgação de sua efervescência.

“Além de promover um elo entre o profissional e o estudante, a participação dos estudantes traz aos alunos uma grande oportunidade e um grande incentivo”, destaca Milene Aliverti, professora do Departamento de Música da Ufrgs. “Poucos sabem que o curso de Música da Ufrgs é um dos mais conceituados do Brasil”, observa. Violoncelista da



Lucas Correia Lima, da Ufrgs, na abertura do show de Dany Lopes



Rafael Irazedra (Ufrgs) abriu show de Daniel Wolff e Fernanda Krüger



Fernando Ávila e William Menegaz (Fundarte) no show de Toneco da Costa

Orquestra de Câmara Teatro São Pedro e coordenadora dos *Encontros de Violoncelo do Rio Grande do Sul*, a professora diz que em Porto Alegre há poucos espaços para a música de câmara e que os existentes não costumam receber alunos ainda em formação. “Logo, ponto para o projeto da Ecarta e para os estudantes”, comemora.

O projeto Ecarta Musical, criado em 2005, promove e valoriza a produção musical do estado, realizando shows em Porto Alegre e também no in-

terior. Em dez anos, o projeto realizou mais de 300 eventos, que atingiram um público superior a 17 mil pessoas. A programação contempla a produção musical gaúcha em suas diversas correntes: do jazz ao erudito, da vanguarda ao experimental.

“Sem dúvida, essa parceria com a Ecarta é mais um presente à sociedade gaúcha e a todos os que gostam de ouvir música clássica depois de um chimarrão e um passeio na Redenção”, ressalta a professora da Ufrgs.

HOMENAGEM

Ecarta recebe a Comenda Porto do Sol, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre



Homenagem na Câmara de Vereadores e festa na sede estadual, com show musical, projeções e discotecagem, marcaram comemorações pelos 10 anos da Ecarta

A Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre homenageou a Fundação Ecarta no último dia 28 de abril, pela passagem do seu 10º aniversário. Na ocasião, foi entregue a Comenda Porto do Sol ao presidente da instituição, professor Marcos Fuhr, e à diretora geral, jornalista Valéria Ochôa. A iniciativa foi proposta pela vereadora Sofia Cavendon.

O aniversário da Ecarta teve também repercussão na mídia e redes sociais pela sua diversidade de projetos – Ecarta Musical, Galeria Ecarta, Núcleo

Cultural do Vinho, Conversa de Professor e Cultura Doadora – e programação regular. Ao longo dos 10 anos, a Ecarta realizou mais de 900 eventos em Porto Alegre e no interior do estado para um público superior a 60 mil participações. “A Ecarta é um projeto em permanente construção”, observa Marcos Fuhr.

A data também foi comemorada no dia 29, na sede estadual da Fundação em Porto Alegre, com a participação de artistas, professores, dirigentes do Sinpro/RS – instituidor da Fundação, autoridades,

equipes dos projetos e convidados. Durante a comemoração, representantes dos públicos de cada projeto entregaram à direção do Sinpro/RS uma placa de homenagem e agradecimento pela instituição e continuado provimento da Fundação Ecarta.

A festa contou com show de Daniel Castilhos, integrante do Quinteto Persch, pelo Ecarta Musical; projeções e discotecagem do artista Giancarlo Lorenci, pela Galeria Ecarta, e apresentação de curtas sobre doação de órgãos e tecidos, pelo Cultura Doadora.

PROGRAMAÇÃO ECARTA Maio

www.fundacaoecarta.org.br

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no site.

Foto: Vinicius Alves



Quarteto Quadricelli

GALERIA DE ARTE

Exposições com foco na arte contemporânea. Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

Porto Alegre – 5/5, 19h, inauguração da mostra *Transição e queda – proposições para construção de meios*, de Eduardo Montelli, Jonas Arrabal e Mayra Martins Redin.

Foto: Divulgação



Mostra *Transição e queda*

ECARTA MUSICAL

Porto Alegre – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca.

9/5, concerto do Quatricelli, quarteto de violoncelos formado por Bianca D'Avila do Prado, Carla Pacheco, Monica Lima e Milene Aliverti. **23/5**, Kleber Albuquerque apresenta *Áudio-cardiograma*, com músicas autorais e clássicos da MPB.

ECARTA MUSICAL ITINERANTE

Circulação de show pelo interior do estado do RS.

Uruguaiana – 16/5, 20h, Teatro Municipal Rosalina Pandolfo Lisboa (Rua XV de Novembro, 1844).

Alegrete – 17/5, 20h, no Centro Cultural Adão Ortiz Houayek (Praça Oswaldo Aranha, s/n). Ingresso: 1 kg de alimento não perecível para o Programa Mesa Brasil do Sesc Show *Mar Azul*, de Tássia Minuzzo (voz), acompanhada por Jorge Dorfman (baixo), Michel Dorfmann (teclado e piano) e Mano Gomes (bateria)

Santa Maria – 28/5, 20h, no Theatro Treze de Maio (Praça Saldanha Marinho s/n). Ingresso: material escolar.

Foto: Igor Sperotto



Show *Olhar o mar*

Foto: Igor Sperotto



Show *Mar Azul*

Show *Olhar o mar*, de Angelo Primon (viola de dez cordas, violão, arranjos e direção musical), acompanhado por Matheus Kléber (piano, teclado e acordeom), Raquel Carneiro e Eduardo Alves (voz).

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias.

Porto Alegre – 12/5, 19h30, *Sommeliers chega a Porto Alegre*. Ministrante: Vinicius de Miranda Santiago, *sommelier*. Inscrição: R\$ 30,00. **27/5**, 19h30, *Iniciação ao Mundo do Vinho*, ministrado pela enóloga Maria Amélia Duarte Flores. Inscrição: R\$ 30,00.

QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

TIBICA / CANINI



RANGO / EDGAR VASQUES



CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DO ENSINO E DOS PROFESSORES!

Diga
**#Não ao
PL 4330!**

Com a aprovação do PL 4330, perde o trabalhador com a precarização do emprego, perde o país com a redução de arrecadação e contribuição previdenciária, perde o consumidor com a queda na qualidade dos produtos e serviços.

O real interesse é reduzir os custos, aumentar os lucros, acabar com as categorias profissionais, enfraquecer os sindicatos e trilhar o caminho da exploração da mão de obra.

Não podemos assistir passivamente a esse ataque aos direitos trabalhistas. Só a pressão popular pode barrar a aprovação no Senado Federal.

Faça sua parte, diga NÃO ao PL 4330!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão